

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano VIII • Número 60



CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS



CRISE DIFICULDADES E OPORTUNIDADES

APOIO



Campos do Jordão - SP

De 30 de março a 1º de abril de 2016



Especial
**60º Congresso
debate crise e foca
nas oportunidades**



Giro Municipal
**O que acontece
em nossas cidades**



Espaço IPT
**Apoio tecnológico
aos municípios**

CASA POPULAR COM A QUALIDADE CDHU.

PLANEJADA EM CADA DETALHE PARA VOCÊ VIVER MELHOR.



**JÁ SÃO MAIS DE 2,5 MILHÕES DE PAULISTAS
BENEFICIADOS EM TODO O ESTADO.**

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Habitação e da CDHU, investe para oferecer mais do que uma mudança de endereço, uma mudança de vida. Por isso, constrói moradias populares em regiões urbanizadas e com infraestrutura completa para famílias de baixa renda. São casas com **1 ou 2 dormitórios, piso cerâmico, azulejo até o teto, corredores largos, banheiro espaçoso, área de lazer e até aquecimento solar**. Porque morar bem é viver melhor.





- Mais de 500 mil moradias populares entregues • Mais 30 mil já estão em obras
- Lazer, segurança e qualidade de vida



CDHU

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Habitação

Sumário

04 Diretoria
Gestão 2013/2016

05 Editorial
Presidente Marcos Monti

06 Giro Municipal
Carlos Cruz

08 60º Congresso de Municípios
Crise: Dificuldades e Oportunidades

40 Galeria de Fotos
60º Congresso de Municípios

46 Espaço IPT
PATEM - 27 anos de apoio tecnológico, aos municípios

48 Prêmio Sebrae
Marcos Monti recebe prêmio de prefeito empreendedor

49 Marco Antônio Pellegrini
Nomeado novo Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

50 Precatórios
Prefeita do Guarujá lidera luta nacional

51 Conselhos de Consumidores
Dra. Darcy Pimentel

52 Municípios Aniversariantes
Abril e Maio

58 Dia-a-dia
Ágata - Antonio Contente

PRESIDENTE DA APM

MARCOS MONTI
Prefeito de São Manuel (1993 a 1996 e 2013 a 2016)

2º Vice - Presidente
JONAS DONIZETTE - Prefeito de Campinas (2013 a 2016)

3º Vice - Presidente
JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI
Prefeito de Bertioga - (1993 a 1996 - 2009 a 2012 e 2013 a 2016)

4º Vice - Presidente
BELKIS GONÇALVES S. FERNANDES - Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

SECRETÁRIO GERAL

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO
Vice-Prefeito e Vereador de Campinas - (1983 a 1988 e 1997 a 2000)

2º Secretário
SEBASTIÃO MISIARA
Vereador de Barretos - (1972 a 1996)

3º Secretário
ANTONIO CESAR SIMÃO
Prefeito de Itapuí - (1993 a 1996)

TESOUREIRO GERAL

AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA
Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista
(1983 a 1992 e 1993 a 1996)

1º Tesoureiro
JOÃO EMÍLIO BUZZO
Prefeito de Mendonça - (1989 a 1992 e 1997 a 2000)

2º Tesoureiro
JOSÉ LUIZ RODRIGUES
Prefeito de Aparecida - (2001 a 2008)

3º Tesoureiro
MARIA ANTONIETA DE BRITO
Prefeita de Guarujá - (2009 a 2012 e 2013 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR - Prefeito de Taubaté (2013 a 2016)
NEWTON RODRIGUES FREIRE - Prefeito de Gália (1989 a 1992 - 2013 a 2016)
FLÁVIO CALLEGARI - Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

CONSELHO FISCAL

LAURO MICHELS SOBRINHO - Prefeito de Diadema (2013 a 2016)
ROQUE JONER - Prefeito de Pratânia (1997 a 2004 - 2013 a 2016)
SILAS BORTOLOSSO - Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

CONSELHO DELIBERATIVO

MARILENE MARIOTTONI - Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)
GERALDO ANTÔNIO VINHOLI - Prefeito de Catanduva (2013 a 2016)
LUIZ SOUTO MADUREIRA - Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

Editorial

Luz no fim do túnel

Estamos nessa edição retratando o que foi o 60º Congresso Estadual de Municípios, realizado na cidade de Campos do Jordão, de 29 de março a 01 de abril de 2016.

Posso afirmar que não foi fácil realizar um evento dessa magnitude, principalmente pela tradição dos 60 anos de congressos realizados ininterruptamente.

Conseguimos! Apesar de todas as dificuldades que esse ano impôs a todos nós municipalistas. Em primeiro lugar a crise financeira que impossibilitou a presença de inúmeros prefeitos(as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as) por falta de dinheiro, em segundo o último ano de mandato que retrai a participação dos agentes políticos e em terceiro a coincidência do Congresso ser realizado durante a última semana de filiação partidária para as eleições deste ano.

Com todas essas adversidades ainda registramos a presença de mais de 3000 municipalistas que prestigiam nosso Congresso e posso afirmar que os debates, as presenças e as decisões deliberadas superaram todas as nossas dificuldades.

Todos poderão através dessa edição ver a Carta de Campos do Jordão, os temas debatidos e as propostas apresentadas na defesa do municipalismo paulista e brasileiro. Iremos encaminhar todas as propostas aos Governos Federal e Estadual e continuaremos na nossa luta por uma justa distribuição dos recursos tributários e principalmente por um Pacto Federativo que defina



Marcos Monti
Presidente da APM
Prefeito de São Manuel

as responsabilidades de todos os Entes Federados.

Tivemos uma mudança no comando da Presidência da República com a posse interina de Michel Temer e pudemos perceber através de seus pronunciamentos que o novo governo está disposto a debater o Pacto Federativo com o fortalecimento dos Estados e Municípios.

Não tenho dúvida que esse é o caminho para podermos sair dessa crise econômica, política e de valores. Temos que acreditar que dias melhores viram, pois a saída para esse momento passa pelos municípios brasileiros.

Fortalecendo nossos municípios estaremos avançado para um país mais justo, que possa resolver os principais problemas que passa nossa população, principalmente nas áreas da saúde e educação.

Acredito que agora existe uma luz no fim do túnel que possa fazer reacender na nossa população a chama da esperança, da credibilidade e de melhores dias para nossa nação.

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

ABRIL/MAIO 2016

CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla

EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL
Flávio Lamas

REPORTAGENS

Warley Menezes
Luiz Gustavo Gasparino
Maria Isabel Pereira

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Pereira

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

GIRO MUNICIPAL



Nesse momento de profunda crise política e econômica do país, o movimento municipalista brasileiro vislumbra uma perspectiva otimista com a posse do presidente interino Michel Temer. Não apenas pela larga experiência política e conhecimento da realidade brasileira, como também pela percepção do sentimento popular por mudanças que conduzam a uma nova realidade. Como ele bem lembrou em reportagem publicada pela revista, em sua última edição, a repactuação das forças federativas é um caminho necessário. E, nesse sentido, conforme o próprio presidente Temer frisou, de nada adianta distribuir competências sem recursos suficientes para cumpri-las. Trocando em miúdos, temos hoje, finalmente, um presidente que se propõe a valorizar os municípios de forma prática e efetiva – o nosso sonho municipalista.

Ilha Bela

Sistema de drenagem

A Prefeitura de Ilhabela trabalha na construção de sistema de drenagem nos bairros Água Branca e Barra Velha. A obra visa facilitar o escoamento de águas pluviais e assim evitar enxentes em dias de forte chuva. O investimento é de R\$ 1,2 milhão, sendo R\$ 131 mil proveniente de verba municipal. O restante foi conquistado junto ao Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos).

Capivari

Mais verde

O Viveiro Municipal de Capivari distribuiu 231 mudas de árvores no mês de abril, conforme divulgado pela Diretoria de Meio Ambiente. Cada pessoa pode retirar até quatro mudas por mês. Para tanto, basta preencher uma ficha com nome, endereço, telefone e local onde deseja fazer o plantio. Em seguida, o morador vai até o Viveiro, localizado na rua Campinas, no Bosque dos Pinheiros, para fazer a retirada. Lá os funcionários orientam qual a melhor espécie para o tipo de plantio desejado.

Bady Bassit

R\$ 515 mil para obras

O governador Geraldo Alckmin liberou a verba de R\$ 515 mil pedida pelo prefeito Edmud Pradella para a recuperação do trecho da rodovia Maurilio Goulart, na altura da avenida Borboleta, no trecho urbano da cidade. A galeria de água existente no local foi danificada pelas enxentes causadas pelas fortes chuvas dos últimos dois meses, ocasionando a interdição parcial da pista.

Jaboticabal

Acervo digital

O Museu Histórico de Jaboticabal Aloísio de Almeida está digitalizando todo seu acervo e dando mais um passo na sedimentação da história do município. As mais de 70 mil páginas de 188 volumes de jornais passam por um processo de captação de imagem através de um Scanner Planetário. A digitalização faz parte da quarta etapa do projeto “O futuro de nosso passado”, que conquistou o quarto lugar entre 25 instituições do Estado de São Paulo.

Pilar do Sul

Câmara Municipal Mirim

Um exemplo de cidadania. Pilar do Sul desenvolve um programa de conscientização política com a Câmara Municipal Mirim. Já foram realizadas duas sessões, com crianças do município. Na última, foram apresentados 3 requerimentos dirigidos à prefeita municipal, contendo várias solicitações que buscam melhorias para o município, tais como: a sinalização e a pintura de lombada, a pintura de faixas de pedestres e de faixas de vagas de estacionamento e a colocação de cestos coletores de lixo. É uma proposta para ser copiada por outras cidades.

Arco-Íris

Polo de Beleza

O Polo de Beleza de Arco-Íris continua a todo vapor, com o curso de cabeleireira. As alunas estão entusiasmadas, colocando em prática tudo o que estão aprendendo. Isso possibilitará aumentar a renda familiar. "Eu também aproveitei para cuidar dos meus cabelos", disse a prefeita Ana Serafim, que aprovou os trabalhos. Arco-Íris foi contemplada com o Polo da Beleza, através de uma parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. O Polo de Beleza capacita e qualifica as pessoas na área da beleza.

Amparo

Avenida recapeada

Após acordo com o loteador e Prefeitura de Amparo, a região do Jardim Europa contará com a troca de asfalto na avenida João Marson. O responsável pelo loteamento iniciou a manutenção e a troca de solo. Em seguida, com a nova base, a empresa contratada pelo loteador aplicará nova massa asfáltica. A avenida dá acesso ao loteamento Santa Maria do Amparo e conta com grande movimentação de veículos. O novo asfalto estará de acordo com normas e especificações.



Sete Barras

Origem do nome

O nome Sete Barras vem de uma lenda indígena. Diz que um explorador espanhol enterrou sete barras de ouro nas margens do rio Ribeira de Iguape e depois nunca mais o tesouro foi encontrado. Virou cidade e hoje a agricultura continua sendo a principal atividade econômica. As culturas mais presentes nas lavouras são a banana e o palmito pupunha, que ocupam áreas mais extensas e têm maior relevância do ponto de vista comercial. A banana, por exemplo, é cultivada em quase todas as regiões do município, por grandes e pequenos produtores. Grande número de produtores familiares desenvolve agricultura de subsistência.

Promissão

Novo semáforo

O Departamento de Transito da Prefeitura de Promissão informa que começaram a funcionar os semáforos na esquina da Rua Coronel João Francisco Coelho com a Avenida Silvano Faria. É uma reivindicação e, também, uma necessidade que a engenharia de tráfego detectou para facilitar a movimentação de veículos pelo local, com maior segurança e tranquilidade para pedestres.

Tambaú

Combate à dengue

O trabalho de mutirão de combate e extermínio dos criadouros do mosquito Aedes aegypti está atingindo todo o município. O mutirão faz parte do Programa do Governo Estadual "Todos Juntos Contra o Aedes aegypti", ao qual a Prefeitura de Tambaú, através da Coordenadoria de Saúde, aderiu com uma equipe de combate formada por 14 agentes comunitárias de saúde e 2 agentes de combate a endemias. Um total de 2 993 imóveis já foram vistoriados.

Presidente Bernardes

Aquecimento global

A Prefeitura de Presidente Bernardes está conscientizando os moradores sobre os problemas do aquecimento global do planeta e o papel das cidades. Responsáveis por 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2015, os Municípios são os principais entes impulsionadores do crescimento econômico. Entretanto, a visão costumeira é de que os governos nacionais são os únicos que podem resolver os problemas ambientais globais e as cidades são deixadas de fora das negociações. Ótima iniciativa.

Barretos

Maio amarelo

Marcando a programação do Maio Amarelo, movimento que visa chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo, a Secretaria Municipal de Ordem Pública, realizou um passeio ciclístico, do Recinto Paulo de Lima Correia, percorrendo vias da Cidade e terminando no Jockey Clube de Barretos.

Piedade

Espaços esportivos

A Prefeitura de Piedade tem realizado reformas e melhorias em espaços públicos esportivos do Município, tais como o Ginásio Municipal de Esportes Carlos Alberto Rodrigues, o Estádio Municipal Lino de Mattos e a pista de skate do bairro Parque da Torre. O objetivo é oferecer mais atenção e melhorias nestes locais, além de incentivar ainda mais a prática do esporte, especialmente de dos jovens, que contarão com locais mais adequados e seguros para a prática de diversas modalidades.

Cerqueira César

Estação de esgoto

As obras da nova estação de tratamento de esgoto de Cerqueira César seguem em ritmo acelerado. A nova estação vai atender uma população de até 50 mil habitantes, projetando a cidade para o futuro e será de suma importância para a liberação de novas casas populares. O prefeito José Rosseto informou que a construção das novas casas populares estão em fase de projeto, e o início das obras será no final deste ano: 185 moradias pelo Governo Estadual através do CDHU, com objetivo de diminuir o déficit habitacional e 400 unidades habitacionais do Minha casa, Minha Vida.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

 Municípios contra a crise

60º Congresso debate crise e foca nas oportunidades

Por Warley Menezes





O Brasil convive hoje com um cenário de incertezas, inquietação financeira e uma crise política sem precedentes. E os mais afetados são os municípios e seus gestores públicos, que enfrentam quedas vertiginosas de arrecadação e diminuição dos repasses do Governo Federal e Estadual.

Foi diante desta conjuntura que a cidade de Campos de Jordão recebeu este ano o 60º Congresso Estadual de Municípios, organizado pela Associação Municipal de Municípios.

Com o oportuno tema “Crise: Dificuldades e Oportunidades”, o Congresso se caracterizou mais uma vez como a principal reunião de toda a classe política do Estado de São Paulo. Contando com a participação do governador Geraldo Alckmin e outras autoridades, o encontro apresentou importantes painéis temáticos e promoveu debates em busca de soluções para atravessar este momento de grande dificuldade.

Leia a seguir a cobertura completa dos quatro dias do Congresso.

Congresso da APM debate crise e foca em oportunidades

Nunca na história da República os municipalistas tiveram três anos consecutivos de recessão econômica como o País tem vivido hoje. O cenário é turbulento em todos os setores e, assim, o desafio de se buscar alternativas é ainda maior. Por essa razão, o tema escolhido para o 60º Congresso Estadual de Municípios deste ano foi “Crise: Dificuldades e Oportunidades”.

Realizado pela Associação Paulista de Municípios (APM), o encontro ocorreu na belíssima cidade de Campos do Jordão, entre os dias 29 de março e 1º de abril. “São 60 anos ininterruptos.

Há uma história do municipalismo não só paulista, mas também brasileiro, pois o Congresso motivou muitas outras entidades em outros estados a se organizar e defender a bandeira municipalista. Para mim é uma honra defender essa entidade de interesse dos municípios e do cidadão”, destacou o presidente da APM, Marcos Monti, que é também prefeito de São Manuel.

Com painéis temáticos e amplas discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios, o Congresso teve a participação de vereadores, secretários municipais, vice-prefeitos, prefei-

tos, deputados, autoridades estaduais e federais.

Presente na abertura do evento, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, falou sobre o momento difícil que afeta a todos os municípios e pediu serenidade aos gestores e parlamentares. “Existe uma crise econômica e a arrecadação caiu para todos. Governar com dinheiro é fácil, é só colocar no piloto automático. Mas nós fomos ‘premiados’, é um teste de fogo. É aí que temos que mostrar liderança, esforço, trabalho para reduzir gastos e melhorar a eficácia do investimento público”, afirmou.



Marcos Monti, ao lado do Governador Geraldo Alckmin e Frederico Guidoni, prefeito anfitrião, de Campos de Jordão

O vice-governador Márcio França também participou da abertura do Congresso.

Pedindo a cooperação do Governo do Estado, o presidente da APM reforçou que atuação de todos é essencial para superar esta crise histórica. “Sabemos que não são os municípios sozinhos, nem o Estado ou a União sozinhos que irão nos fazer superar este período. Precisamos estar coesos, unidos, cada um fazendo a sua parte”, destacou Marcos Monti.



*Marcos Monti, presidente da APM ao lado de Márcio França,
Vice-governador do Estado de São Paulo*

TCE - SP permite defesa de processos por videoconferência



Dimas Eduardo Ramalho, presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, anunciou uma novidade na abertura do 60º Congresso da APM. Naquele dia 29 de março, o TCE-SP havia realizado pela primeira vez um sistema de videoconferência em que as partes

e seus advogados fizeram a sustentação oral na sessão de julgamento da Corte sem precisar se deslocar até o plenário da Corte do TCE. Foi uma iniciativa inédita e única dentre as Cortes de Conta do País.

Para o presidente do TCE-SP, o uso da videoconferência contempla o princípio do devido processo, facilitando o exercício de ampla defesa, com economia de tempo e recursos. “A partir de agora será sempre assim para quem desejar. Nossa intenção é utilizar a tecnologia para quebrar barreiras que possam travar tanto as atividades de fiscalização do Tribunal como o andamento do devido processo”, destacou Ramalho.

A participação do advogado ou da própria parte pode ocorrer a partir de qualquer uma das 20 Unidades Regionais do TCE localizadas no interior paulista, desde que solicitada até 24 horas antes do início da sessão de julgamento. Na primeira videoconferência do TCE-

SP, conselheiros e procuradores localizados na sede do Tribunal, na Capital, puderam ouvir a defesa a partir da Unidade Regional de Fernandópolis, na região Oeste do estado.

Nesta primeira fase do projeto, está sendo utilizado o software Skype – um software gratuito que permite realizar “videochamada”. A sustentação oral realizada da unidade regional será projetada simultaneamente nos telões localizados no auditório nobre, em São Paulo, onde ocorrem as sessões de julgamento e nos terminais de vídeo de cada Conselheiro.

A próxima fase de ampliação do sistema de videoconferência, segundo previsão do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) – ainda em estudo – prevê o uso de uma tribuna virtual, que captará as imagens do defensor em um público na Unidade Regional e a projetaria em monitores verticais instalados no plenário.

“Abre Aspas”

Autoridades presentes destacam a importância do 60º Congresso Estadual dos Municípios neste momento de crise



“ Mais do que nunca precisamos de um municipalismo forte, capaz de planejar, atuar com firmeza e exigir que mudanças positivas sejam levadas a termo, para estabelecer uma participação mais justa e compatível com o nível das obrigações que a população municipal demanda de seus administradores públicos. O Congresso Estadual de Municípios tem se mostrado um valioso instrumento catalisador e induzidor do processo de mudanças.”

Frederico Guidoni Scaranello, prefeito de Campos do Jordão

“ Este Congresso veio num momento oportuno, infelizmente pela crise política e financeira instalada pelo País. Pela agenda que foi muito bem elaborada para o Congresso, temos a oportunidade de discutir e apontar soluções para juntos enfrentarmos a maior crise que já vivemos nas últimas décadas. Os problemas começam a ser resolvidos nos municípios e chegando depois nas esferas estadual e federal.”

Luiz Felipe Costa Cintra, presidente da Câmara Municipal de Campos do Jordão



“ Tenho certeza que este Congresso trará reivindicações e encaminhamentos necessários para melhorar as condições dos municípios brasileiros. Cito o exemplo do Congresso Estadual de Municípios de 2014, aqui mesmo em Campos do Jordão, onde debatemos a necessidade de um aumento do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Felizmente, depois lá na Marcha dos Prefeitos em Brasília, esta reivindicação se tornou realidade. A presidente Dilma recebeu a Confederação Nacional de Municípios e nós fechamos um aumento de um ponto percentual do FPM.”

Gilmar Dominici, ex-prefeito de Franca e subchefe de Assuntos Federativos do Governo Federal

“ Precisamos concluir a todos para reerguer com força e com a garra a bandeira do municipalismo. O Brasil será muito mais forte se os municípios forem mais fortes. A população terá uma qualidade dos serviços públicos melhorada e mais universalizada se os serviços públicos tiverem sob a gestão dos municípios. Confio nisso e o Congresso de Municípios fala da crise, mas tem que apagar o sinal vermelho e deixar acesos os sinais verde e amarelo para apontar para o futuro e sairmos daqui com uma grande campanha em defesa do novo pacto federativo e fortalecimento dos municípios.”

Arnaldo Jardim, Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento



Governador projeta um segundo semestre melhor na economia

Em seu discurso no 60º Congresso Estadual de Municípios, o Governador Geraldo Alckmin deu uma palavra de otimismo aos municipalistas presentes, projetando um início de mudança nos últimos seis meses do ano. Para o Governador, a queda da conta de luz e do dólar serão os principais fatores para puxar a inflação para baixo. "Acho que vai melhorar no segundo semestre, a inflação tende a cair. Não vai cair para 3%, mas ela vai cair. Com a queda da inflação, caem os juros e a economia tende a recuperar", afirmou Alckmin.

Na entrevista coletiva concedida à imprensa em Campos do Jordão, o Governador destacou o fortalecimento da política de exportação, em especial na área do agronegócio. "O agronegócio vai muito bem, porque exporta e o câmbio ajuda. A desvalorização do Real compensou e sobrou", explicou. "A indústria demora um pouco mais, mas ela também vai se recuperar com o câmbio", acrescentou.

Alckmin também destacou os outros setores que terão oportunidades de crescimento. "O turismo vai crescer muito. Ficou muito caro você viajar para o exterior e ficou barato para você viajar aqui ou vir para o Brasil. E o pessoal de fora virá para cá", exemplificou. O Governador também garantiu que o Estado está procurando ajudar o setor primário. "Na agricultura, estamos acelerando o Microbacias II, que é um programa de geração de renda. Estamos apoiando o pequeno agricultor e a agricultura do nosso interior."

O Governador acrescentou ain-

da a importância da lei que aumentou o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a cerveja e o cigarro e diminuiu em 6% os medicamentos genéricos. Também foi criado o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cujos recursos virão deste aumento adicional de dois pontos percentuais do ICMS da cerveja e do cigarro. "Nós vamos investir estes recursos nos municípios", garantiu.



Geraldo Alckmin, Governador do Estado

Estado e municípios devem cobrar planos de saúde por usar rede pública

Ciente de que a saúde é a principal preocupação dos prefeitos, Geraldo Alckmin reforçou no Congresso Estadual de Municípios a necessidade de alterações de regras para que possam cobrar das operadoras de planos de saúde resarcimento pelo uso da rede pública por usuários do sistema privado. "Criamos um modelo que não está correto. É preciso ter coragem para rever este modelo ou a saúde só vai piorar", alertou.

O Governador pediu o apoio dos prefeitos nesta luta para mudar a possibilidade de cobrança. "Quem atende é quem tem que pedir o ressarcimento. Hoje,

20% dos pacientes do Instituto do Câncer têm seguro saúde. Ele paga e na hora de atender o Governo atende de graça. Quem está ganhando com isso? É o Seguro Saúde, são os bancos, são as seguradoras", argumentou. "Quem tem que cobrar é o Governo Federal, mas ele não cobra direito porque está muito longe. A gente tem que pedir para o Governo Federal que quem atende possa pedir o ressarcimento. Vai atender de graça como é hoje, mas vai pedir o ressarcimento para melhorar o SUS. Isso já vai dar uma boa ajuda para o financiamento da saúde", concluiu.

“Mais Brasil e menos Brasília”

O renomado economista Eduardo Giannetti defende que o dinheiro público deve ser gasto mais próximo de onde é arrecadado

Algumas das alternativas para enfrentar a grave crise econômica do país foram apontadas pelo economista Eduardo Giannetti em sua apresentação no 60º Congresso Estadual de Municípios. Giannetti defende que uma maior independência estadual permitiria que o dinheiro arrecadado pelos governos pudesse ser gasto na região onde foi recolhido, algo que não ocorre hoje. Além desta questão fiscal, o economista vê outro desafio a ser enfrentado: o presidencialismo de coalizão.

Gianetti afirma que houve um esgotamento da expansão fiscal, que teve início com a Constituição de 1988, quando houve aumento das atribuições e dos gastos nos municípios, mas sem a correspondente contrapartida financeira. “Hoje temos um federalismo truncado. Precisamos levantar a bandeira para completar o modelo de federalização proposto pela Constituição de 1988. Precisamos manter o dinheiro perto de onde é arrecadado. Enquanto o dinheiro continuar a passar em Brasília para voltar ao município, mais chance de desvios, menor a fiscalização e menos dinheiro para resolver os problemas da população”, afirma. “Mais Brasil e menos Brasília. É disso que o país precisa”, completa Gianetti, que também é cientista social e autor de livros sobre economia e filosofia.

Ele alerta, porém, que neste modelo não é possível existir muni-



Eduardo Giannetti também destaca a crise do presidencialismo de coalizão

cípios sem arrecadação própria e defende uma revisão no financiamento do legislativo. Ele lembra que muitas vezes o orçamento destinado às Câmaras Municipais corresponde à metade do orçamento investido em saúde.

Outro ponto destacado foi a crise da representação política. “O presidencialismo de coalizão conseguiu se manter com os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula, mas não conseguiu sobreviver no governo Dilma. Ela distribuiu 39 ministérios para 10 partidos e não conseguiu ter o presidente da Câmara e do Senado. É um modelo onde o Executivo entrega tudo e não recebe nada em troca”.

Voto Distrital Misto

Ele ressaltou também a fragili-

dade dos partidos e apontou a falta de estrutura partidária como causa da crise de representação. Para corrigir isso, ele defende o fortalecimento do Legislativo, com eleições separadas dos cargos Majoritários e novas regras na criação dos partidos – retirando o acesso direto ao Fundo Partidário e ao tempo na televisão. “Os partidos tornaram-se negócios. Não há diferença programática. É apenas um grupo que quer chegar ao poder”.

Gianetti também defende o parlamentarismo e o Voto Distrital Misto como alterações estruturais que podem mudar a vida política no Brasil. “São mudanças grandes e não tenho todo o detalhamento de como podem ser operadas. Mas precisamos ter coragem de enfrentar isso e convocar a inteligência brasileira para pensar nas soluções”.

Bandeira da APM

O presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, recordou que o Congresso Estadual, no passado, foi o precursor de propostas que pareciam impossíveis e que se tornaram realidade. Assim, esta descentralização fiscal também engrossa as bandeiras defendidas pela Associação. “Nós sempre lutamos pela melhor redistribuição de recursos. Esta é uma proposta que será levada pela Carta a ser elaborada no final deste 60º Congresso, para que seja debatida e aprimorada”, destacou.

Senador Alvaro Dias defende reforma do sistema federativo

Convidado para um dos painéis do 60º Congresso, o senador paranaense Alvaro Dias defendeu a reforma do sistema federativo para, segundo ele, promover justiça na distribuição de recursos entre os entes da Federação. O senador também criticou a postura de muitos parlamentares pelo falso discurso municipalista.

Para o senador, com as prefeituras sufocadas, a reforma do sistema federativo é a mais importante das mudanças a serem promovidas no país. “Esta crise, que assola os municípios há muito tempo, é sobretudo decorrente de um sistema federativo esgarçado e que promove a injustiça como regra, já que a distribuição dos recursos é tremendamente injusta entre os entes federativos”, analisou.

Na palestra, na tentativa de combater este brutal desequilíbrio, Alvaro Dias destacou um de seus projetos de lei que prevê um novo

compartilhamento. Hoje, 60% dos recursos tributários do País têm origem nas contribuições sociais e ficam exclusivamente nos cofres da União. “Está aí a razão da grande distorção existente na distribuição dos recursos públicos. Este projeto de lei destina 23% dos recursos das Contribuições Sociais para a composição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isto resolveria. Recursos passados automaticamente, sem que os prefeitos tenham que ir para Brasília com o chapéu na mão”, resumiu.

O posicionamento de muitos políticos no Congresso Nacional também foi alvo de críticas. “Nós, que somos parlamentares, constantemente fazemos os discursos do municipalismo. Porém, nós sabemos que muitos são municipalistas só nos discursos, porque na hora do voto e de defender o interesse dos municípios, votam com o governo da União para agradar quem governa o país, e não com os



Senador Alvaro Dias

prefeitos”, lamentou. “A nossa contribuição tem que ser a mudança na legislação em vários pontos”, acrescentou.

Com as ações da Operação Lava-Jato, Alvaro Dias também destacou o fortalecimento e reconstrução de instituições como a Justiça Federal, Ministério Público e Polícia Federal.

“É preciso sepultar o atual sistema de governança”

Em seu discurso aos municipalistas presentes no Congresso, o senador Alvaro Dias também criticou o “balcão de negócios” que se tornou o Brasil, com um governo de barganhas e loteamento de cargos. “Não basta substituir quem governa, é preciso substituir o sistema de governança, que é a causa da descrença que campeia, dos escândalos de corrupção e da incompetência administrativa consagrada no Brasil

nos últimos anos. É preciso sepultar o atual sistema de governança”, apontou. “Sem esta substituição, eu sinceramente não acredito em retomada do desenvolvimento econômico de forma acelerada”, projetou.

Novo Governo

Reforçando sua posição, Alvaro Dias também foi provocativo no que diz respeito ao PMDB e sinalizou que fará oposição a um possível governo liderado pelo

partido, com a saída da presidente Dilma Rousseff. “Como posso acreditar que o PMDB, assumindo, fará mudanças? Ele é pai, é mãe, é padrinho, é patrono deste sistema. Não há como acreditar em mudança neste sistema com o PMDB. E sem mudar este sistema, o país não vai conseguir alcançar os índices de desenvolvimento econômico compatíveis com a sua grandeza”.

Turismo: saída para superar a crise

Governador e Secretaria apostam no setor como uma janela de oportunidades

Em sua participação no Congresso, o então secretário de Estado de Turismo, Roberto de Lucena, confirmou, assim como o Governador Geraldo Alckmin e vários outros palestrantes apontaram, que o investimento no turismo é uma das principais ações para tentar reverter as dificuldades da crise que assola o país.

De Lucena reforçou que o turismo é a grande saída para a retomada da economia e para a superação da crise. "No Estado de São Paulo, o Turismo contribui com 9,76% do PIB (Produto Interno Bruto), gerando 1 milhão de empregos diretos e quase 2 milhões de empregos indiretos. É um setor com uma janela de oportunidade", destacou o deputado federal Roberto de Lucena, que deixou a secretaria alguns dias depois do Congresso para retomar suas atividades na Câmara.

Para De Lucena, é momento de ter a consciência de que o turismo precisa entrar na pauta econômica

dos municípios. "Enquanto a concepção for de gastos, não vamos atingir o potencial. Precisamos entender que todo o recurso colocado, na verdade, é um investimento numa atividade que ativa 52 setores de uma cadeia produtiva, e que, a menor custo, gera o maior número possível de empregos", disse.

"Quando você tem uma crise colocada e uma moeda desvalorizada, sair do país fica caro, porém vir ao Brasil fica barato. E claro que alguém que queria fazer uma viagem de turismo para o exterior, hoje vai pensar duas vezes. E é aí que surge a grande oportunidade de descobrir nosso país, principalmente o Estado de São Paulo, que é o segundo polo emissor de turistas do Brasil", ressaltou o secretário, lembrando que aproximadamente 44 milhões de pessoas fazem turismo nos municípios paulistas.

De Lucena confirmou que está empreendendo todos os esforços para aumentar o fluxo turístico, potencializando o grande menu do Estado. "O turismo em São Paulo não é monotemático. Não temos aqui só sol e mar, mas uma gama de segmentos, como o gastronômico, de negócios, religioso e tantos outros, que torna São Paulo essa



Governador Geraldo Alckmin destacou que o Estado dará espaço para mais 140 municípios paulistas de interesse turístico

grande liderança e o carro chefe do turismo nacional", finaliza.

Governador

Na abertura do Congresso, o Governador Geraldo Alckmin também destacou que o Estado está empenhado em fortalecer o turismo, grande gerador de empregos. No ano passado, Alckmin sancionou a lei 32/2012 que cria 140 novas vagas para municípios de interesse turístico que se juntarão às 70 cidades estâncias já existentes. "Estamos aguardando agora a aprovação na Assembleia Legislativa do projeto de lei que beneficiará estas 210 cidades, que terão direito ao Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos. Vamos aumentar os investimentos das 70 existentes e dar espaço para mais estas 140", projetou Alckmin. "O turismo é um bom caminho para a gente dar um impulso na economia", concluiu.



O então secretário estadual de Turismo, Roberto de Lucena, destacou que o estado de São Paulo é o segundo polo emissor de turistas do Brasil

Painel debate a regionalização do turismo

No segundo dia de evento, o Congresso apresentou o painel “Municípios Turísticos e Regionalização do Turismo”. O encontro contou com a palestra do gerente executivo da Aprecesp (Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo), Fernando Zuppo, e as participações do secretário executivo do Conselho Estadual de Turismo do Estado de São Paulo, Bruno Omori; do presidente da AMITUR, Jarbas Favoretto; e da deputada estadual, Célia Leão, que é presidente da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa.

Na oportunidade, o objetivo da palestra foi discutir as questões relacionadas ao turismo como fator de desenvolvimento econômico, com a proposta de ampliar a visão do empresário do setor sobre as novas ferramentas de promoção e incentivo na área.

O ganho com a regionalização do turismo só ocorre após a concretização de um conjunto de ações e planejamento. “Investir em turismo é garantir o desenvolvimento das cidades. Às vezes, o prefeito não consegue enxergar os tesouros que têm dentro de suas

cidades. Ele precisa ver com o olhar de turista para saber o que ele pode explorar”, alertou Fernando Zuppo. “Mas para fazer a regionalização não basta apenas a proximidade geográfica com o município vizinho. Há a necessidade de se haver uma sinergia entre o poder público, iniciativa privada, o terceiro setor e a participação da população. Acima de tudo é preciso vontade política”, destacou.

Segundo os participantes do painel, neste modelo de turismo cada prefeitura precisa fazer sua parte, mas é fundamental trocar informações e pensar no fortalecimento de todos os envolvidos. “Quando o turista fica numa mesma região, ele permanece seis ou sete dias. Mas, quando vai somente para uma cidade, por melhor que ela seja, em dois ou três dias ele já está cansado”, opinou Bruno Omori, secretário executivo do Conselho Estadual do Turismo de São Paulo. Ele lembra ainda que o turismo foi o setor que mais recuperou empregos durante a recessão econômica dos Estados Unidos ocorrida entre 2008 e 2009. “Se o tema do Congresso hoje é crise, a solução é o turismo”, reforçou.

Para o presidente da AMITUR,

Jarbas Favoretto, as cidades precisam apostar em seus potenciais. “Mas isto passa pela conscientização da população, que precisa estar envolvida. É preciso também cuidar da qualidade e da capacitação de quem presta os serviços. A qualidade é a característica número 1”, destacou Favoretto, colocando a AMITUR à disposição dos municípios paulistas, principalmente daqueles que não fazem parte das 70 cidades estâncias já existentes.

Reforçando a importância de enxergar no turismo uma oportunidade para superar a crise econômica, a deputada estadual Célia Leão lembrou da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 01/2008, de sua autoria, que foi aprovada e permite que o governo paulista faça propagandas em outros estados brasileiros para promover o turismo estadual, o que antes era vedado. “Não interessa se a PEC é da Célia, do João ou da Fernanda. Eu fui apenas o instrumento para a criação dela. Esta PEC é imprescindível para o turismo crescer no Estado, porque modifica a possibilidade dos prefeitos, vereadores e gestores de poderem fazer a divulgação do que suas cidades têm de bom”, afirmou a deputada.



Painel destacou o planejamento e a união de forças para fortalecer o turismo de cada região

Governo anuncia 26 mil novas moradias

A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) irá construir 26.501 novas unidades habitacionais no Estado de São Paulo a partir de maio deste ano. A informação foi anunciada pelo secretário estadual de Habitação, Rodrigo Garcia, durante o 60º Congresso Estadual de Municípios, ratificando o pronunciamento do Governador Geraldo Alckmin na abertura do evento em Campos do Jordão.

A assinatura do primeiro lote foi no dia 24 de maio, no Palácio dos Bandeirantes, e contemplará 42 municípios que já firmaram convênios em 2014. Serão autorizadas as ordens de serviço de 4.557 unidades distribuídas pelo interior do Estado. Em junho, outros 179 municípios assinam convênio para 21.944 moradias, cujas obras serão licitadas pelo Estado e começam logo depois deste processo.

A CDHU mantém atualmente em construção no Estado de São Paulo 111 mil unidades habitacionais. “É um esforço permanente para continuar cumprindo com a obrigação da secretaria de realizar o maior sonho de todo o brasileiro, que é ter a casa própria”, afirmou o secretário de Habitação.

Garcia explicou que, apesar de São Paulo ser o único Estado do país que destina 1%

do ICMS para a habitação, o valor de repasse tem caído com a estagnação provocada pela crise econômica. “A CDHU arrecada hoje mais com sua carteira de mutuários do que com o ICMS. Por isso, é importante ter programas sustentáveis economicamente”, revelou o secretário. “Apesar de ser o ano com a maior crise da história recente do Brasil, foi um ano no qual conseguimos diminuir a inadimplência na CDHU, que de 2011 para 2016 caiu de 31% para 13%”, completou.

“Escola”

Rodrigo Garcia destacou em sua apresentação que o Congresso Estadual de Municípios também foi uma de suas “escolas” na

vida pública. “Antes de ser deputado em 1998, comecei muito jovem aqui na APM. O Congresso foi um dos locais onde me formei politicamente, convivendo, discutindo e conversando com agentes municipais”, recordou, reforçando a importância do encontro entre os municipalistas. “Tivemos congressos em bons e maus momentos. Infelizmente, estamos em um mau momento, mas é agora que a classe política precisa se unir e ter responsabilidade, para que juntos encontremos o caminho para sair dessa crise. O Brasil não aguenta mais. Se não tivermos esse desfecho, teremos um segundo semestre muito difícil”, finalizou.



O Secretário Estadual de Habitação, Rodrigo Garcia, informa que serão contemplados 179 municípios no mês de junho

Prefeitos debatem a regionalização da saúde



Mesa discute alternativas para superar o principal problema enfrentado pelos gestores públicos - a Saúde

Apesar do secretário estadual da Saúde, David Uip, não ter comparecido e nem ter enviado um representante para representá-lo no 60º Congresso Estadual de Municípios, a APM não deixou de realizar o painel destinado ao setor e debateu o tema com os congressistas. A mesa foi composta pelo presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti, Secretário Municipal de Saúde de Bauru, Fernando Monti, prefeito de Bertioga, José Mauro Orlandini, primeira-dama de São Manuel, a Dra. Andréa Siqueira Campos Monti, e a prefeita de Rosana, Sandra Kasai, que também é médica.

A Saúde foi o tema do Congresso da APM em 2015 e continua sendo o maior problema enfrentado pelos municípios. Além de lamentar a ausência de representantes da Secretaria Estadual de Saúde, o presidente da APM reforçou que saúde é política de Estado e isso quer dizer responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios. “O Estado cumpre com os 12% que determina a lei, mas nós é que estamos pagando a conta, porque nossa obrigação é de 15%. Estamos gastando no mínimo 10% a mais do que isso, porque

se não fizer quem sofre é a população”, afirmou Marcos Monti.

Ex-presidente do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), Fernando Monti fez uma apresentação dos principais fatores que tornam o custeio da saúde um fardo pesado e injusto para as cidades. Além de compartilhar a visão do presidente da APM com a definição de responsabilidades entre os três entes federados, o Secretário de Bauru sugere algumas alternativas para enfrentar este quadro assustador, como a regionalização da saúde. “Precisamos melhorar a governança. Na área da saúde não dá para cada município ser uma ilha, porque os problemas são muito grandes. Em alguns setores a regionalização acontece, temos que fazer avançar também na saúde. É preciso construir arranjos regionais, isso vai ajudar os municípios”, projetou Fernando Monti. Ele ressalta que ainda é necessário muito debate sobre o tema, que acredita oferecer uma melhor organização do sistema em rede e garantir o acesso das pessoas ao que elas necessitam do SUS (Sistema Único de Saúde).

Um modelo sugerido por especialistas é a divisão de obrigações.

A ideia é que distribua tarefas para que a cidade ‘A’ cumpra até determinado procedimento, a cidade ‘B’ faça, além daqueles, mais outros, e a cidade ‘C’ seja um polo regional onde será possível resolver a grande maioria dos problemas de saúde dos usuários do SUS. “Acho que os municípios terão um modelo preponderante. O avanço do sistema de saúde não está em coisas concretas, não adianta fazer hospital e comprar equipamentos sofisticados, não é nada isso. O Brasil precisa fazer uma rede de atenção básica competente”, concluiu Fernando Monti.



Secretário Municipal de Saúde de Bauru, Fernando Monti, defende arranjos regionais no setor

Desafio: plantio de 20 mil hectares de mata ciliar até 2019

O Programa Nascentes é a maior iniciativa já lançada pelo governo do Estado de São Paulo para manter e recuperar as matas ciliares. Para falar do tema no 60º Congresso Estadual de Municípios esteve presente a secretaria de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias. O comando da palestra ficou por conta do 3º Secretário da Associação Paulista de Municípios, Antônio César Simão.

Patrícia procurou focar seu debate nas nascentes, justamente por ser o principal programa, atualmente, no âmbito da restauração ecológica. “É um programa de governo que envolve 12 secretarias e fundamental para que no futuro tenhamos mais quantidade e qualidade da água”, explicou. “Recente-

temente, a região Sudeste sofreu com os efeitos da crise hídrica e por isso a recuperação das nascentes é de muita importância para nós”, acrescentou a secretária.

Reunindo diferentes instituições, como empresas públicas e privadas, poder público e sociedade civil, o programa otimiza e direciona investimentos públicos e privados para proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e olhos d’água.

O Programa Nascentes está com mais de 300 hectares plantados, porém, segundo Patrícia, entre os meses de março e abril haveria grandes plantios. “Ainda tem muita coisa para se fazer, mas esse número vai praticamente

dobrar até o início de maio. Nossa objetivo é, até 2019, atingir 20 mil hectares. Um objetivo difícil de alcançar, mas tenho certeza que, com a participação de todos, vamos atingir”, destacou a secretaria. A meta da primeira fase do programa é recuperar 4.464 hectares de matas ciliares, utilizando 6,3 milhões de mudas de espécies nativas.

A mata ciliar nada mais é que a vegetação localizada no entorno de nascentes e nas margens de rios, córregos, lagos e represas que protegem as margens dos corpos d’água, evitando o assoreamento e favorecendo a regularização da vazão dos rios e córregos, além de oferecer abrigo e alimentação para a fauna local.



Observada pelo prefeito de Valparaiso, Marcos Higuchi, a Secretária Estadual do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, fala sobre o Programa Nascentes

Pau-brasil é plantado para resgatar a história nacional

A equipe do Instituto Pau Brasil SOS Juçara, juntamente com o presidente da APM, Marcos Monti, o prefeito de Campos do Jordão, Frederico Guidoni, e a secretaria de Estado do Meio Ambiente, Patricia Iglesias, entre outros, realizaram um plantio simbólico da árvore Pau-brasil. A ação ocorreu do lado externo do Campos do Jordão Convention Center, no encerramento do 60º Congresso Estadual de Municípios, no fim da manhã de 1º de abril.

De acordo com Luiz Magalhães, coordenador da Operação Pau Brasil em todo o país, plantios simbólicos da espécie nasceram da necessidade de se resgatar parte da história nacional, como também a reposição da mesma, que atual-

mente se encontra em estágio terminal. “Iniciamos as operações em 2011 e, até o presente momento, foram plantadas cerca de 1 milhão de unidades em todo o território nacional. A Operação Pau Brasil é um grupo formado por profissionais liberais que têm o compromisso e o respeito com a nossa mãe natureza”, destacou Magalhães.

A missão da Operação é promover e divulgar o Decreto-Lei Federal de nº 6607, de 7 de dezembro de 1978, sancionado pelo então presidente Ernesto Geisel e comemorado em 3 de maio de cada ano. A lei tem como principal foco o plantio da espécie Pau-Brasil em escolas públicas, estaduais e federais, praças e logradouros, e locais de eventos de grande porte.



Presidente da APM, Marcos Monti, participa de plantio simbólico da árvore Pau-brasil

A nighttime photograph of a large cable-stayed bridge with its towers illuminated, spanning a river or bay. In the background, the city skyline of São Paulo is visible with numerous lit buildings. A speech bubble in the upper left corner contains the text: "CEAME comenta a APM - Associação Paulista de Municípios pela realização do 60º Congresso Estadual de Municípios".

"CEAME comenta a APM - Associação Paulista de Municípios pela realização do 60º Congresso Estadual de Municípios".

CEAME

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO
AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS

Serviços

- Publicidade
- Eventos

Telefone: 55 (11) 3063-5775
Email: dalva@ceame.com.br / benhur@ceame.com.br
Rua Teodoro Sampaio, 1020 - CEP: 05406-050
Cj 1009/1010 - Centro Empresarial Pinheiros
Pinheiros - São Paulo Brasil

TCE-SP faz alertas sobre a prestação de contas no último ano de mandato

O agente chefe de Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Mário Milane da Matta Neto, fez a última palestra do 60º Congresso Estadual de Municípios. Reforçando a disponibilidade de ajudar os municipalistas para esclarecer dúvidas e capacitar suas equipes, o TCE-SP entregou aos participantes do Congresso um manual com os cuidados para o último ano de mandato, documento que também será disponibilizado no site do tribunal. Durante todo o Congresso, agentes do Tribunal também ficaram num stand próprio à disposição para orientar os municípios.

Em sua apresentação, Mário da Matta Neto afirmou que em 2012, também um ano de fim de mandato, a Unidade de Fiscalização de Guaratinguetá emitiu pareceres desfavoráveis a 71% dos municípios. As principais causas foram a não aplicação dos mínimos constitucionais na Educação e da Saúde. Também apareceram o insuficiente pagamento de precatórios judiciais; o repasse excessivo à Câmara dos



O agente chefe de Fiscalização Financeira do TCE-SP, Mário da Matta Neto, citou cuidados a serem tomados pelos municipalistas

Vereadores; a falta de repasse previdenciário; a superação do limite de despesa de pessoal, o não cumprimento do art. 42 da LRF; o aumento da despesa nos últimos 180 dias do mandato e a aplicação incorreta das multas de trânsito e dos Royalties.

Principais vedações da LRF

Entre as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) para o último ano de mandato, Mário Milane destacou o não cumprimento do Art. 42 da referida Lei. O artigo dispõe que fica vedado, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação que não possa ser cumprida integralmente... ou parcelas a serem pagas sem suficiente disponibilidade de caixa.

José Rubens Monteiro, diretor da unidade do Tribunal de Contas de Guaratinguetá, destacou que em hipótese alguma deverá haver cancelamento de empenhos ou restos a pagar, ou a transferência destes débitos para o passivo de longo prazo. “Isto é muito comum, mas resulta na reprovação de contas. Se não tem dinheiro, não contrate. Simplesmente cancelar a despesa depois de efetuada é ferir a legislação”, disse Monteiro.

A LRF, em seu art. 21 - parágrafo único, veda o aumento da despesa de pessoal nos últimos 180 dias do mandato. Porém, há exceções. Dentro elas, as concessões de vantagens pessoais advindas dos estatutos dos servidores (quinquênios, sexta-part...etc). Também são exceções o abono aos profissionais de Educação Básica, a RGA (Revisão Geral Anual) derivada de lei local anterior a 5 de julho, contratação de pessoal para o atendimento

de convênios assinados anteriormente e o cumprimento de decisões judiciais.

Empréstimos e Financiamentos

A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Código Penal proíbem a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) no último ano do mandato. A pena é de um a dois anos de reclusão.

Vedações da lei Eleitoral

Publicidade de Atos Legais é diferente de publicidade institucional. O Tribunal, porém, recomenda identificação das despesas em atividades programáticas específicas.

Não são permitidas despesas com publicidade e propagandas, nem gastos com publicidade institucional nem propaganda de atos, programas, obras e serviços nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de julho. As únicas ressalvas são as situações de urgente necessidade, reconhecidas pela Justiça Eleitoral e as propagandas de bens e serviços produzidos por empresas estatais, sujeitos à concorrência de mercado.

O palestrante também alerta para o fato de que as despesas com publicidade no primeiro semestre não devem ultrapassar a média dos gastos no 1º Semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (2013-2015).

Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios

Não é permitido no ano eleitoral a criação de novos programas, como de distribuição de cesta básica, passes escolares, bolsas de estudos e medicamentos. A exceção é se houver calamidade pública ou serviços já iniciados em anos anteriores.

Internet na pré-campanha eleitoral: possibilidades e proibições

Com a Reforma Política, estamos diante de uma nova forma de se fazer campanha eleitoral. As alterações no Código Eleitoral implicam em certa limitação na propaganda eleitoral de rua. Com isso, o candidato de 2016 tem que pensar numa nova forma de fazer política. E a internet se destaca como uma importante ferramenta. Assim, com o tema “Campanha Digital a Luz da Legislação”, o Congresso destacou as principais mudanças na legislação eleitoral que irão impactar as eleições municipais deste ano.

A discussão, coordenada pelo advogado Antônio Sérgio Baptista, contou com a participação dos advogados especialistas em Direito Político e Eleitoral Anderson Pomini, Guilherme Santini, Cristiano Vilela, Arthur Rollo, João Fernando Lopes de Carvalho e Antônio Tito Costa.

Ainda que a lei seja bastante

restritiva e tenha encurtado o período de fato da campanha, que só será permitida a partir do dia 16 de agosto quando do registro dos candidatos e da abertura das contas de campanhas, a chamada pré-campanha eleitoral está praticamente liberada com apenas uma ressalva: não pode pedir voto (nem divulgar o número de candidatura). O pré-candidato pode apenas pedir “apoio” antes do período de campanha, que se inicia em 16 de agosto.

Neste novo momento, a internet surge como um território em que as regras são aquelas que persistem sempre - não é possível publicações que configurem injúria, calúnia e difamação, ou os fatos sabidamente inverídicos e anonimato. Mas não há restrições definidas para as eleições, a exceção à veiculação de publicidade paga, na rede, que fica proibida no período eleitoral, como a

ferramenta “impulsionar publicação” do Facebook.

Para o Dr. Guilherme Santini, a brecha na lei se dá por conta da sua própria natureza: “Não há como coibir a livre manifestação na rede. Por isso, a legislação permite o apoio a determinado pré-candidato. Porém, não é permitido pedir voto”, frisou o palestrante. A flexibilização se dá por meio do artigo 36 da nova lei eleitoral, que inclusive permite reuniões públicas de pré-candidatos.

Desta forma, desde que não haja pedido de voto, nem menção ao número de candidatura, é possível utilizar Youtube, Facebook, Whatssap, Linkedin, Twitter, enfim, redes sociais, para criar oportunidades de alcançar pessoas e mostrar posicionamento político-econômico-social. “Neste período de pré-campanha, você pode imprimir em seu perfil ou fan page que é ‘pré-candidato’, isso pode”, destacou o especialista Anderson Pomini.

Para os palestrantes do Congresso, esta será a eleição em que a internet terá um papel fundamental. E avisam: é preciso adiantar-se. Quem deixar para fazer campanha na rede apenas no período demarcado na legislação, perderá o bonde da história.



Estudiosos do direito eleitoral participam do painel “Campanha digital a Luz da Legislação”

Financiamento de campanha e gastos eleitorais

A principal mudança nas regras das próximas eleições, destaca o advogado João Fernando Lopes de Carvalho, se dá em função de uma mudança na jurisprudência: esta será a primeira eleição em que não serão permitidos financiamentos de campanha por pessoas jurídicas, nem para os candidatos, nem para os partidos. "Será a primeira vez que vamos experimentar este modelo. Todas as doações deverão ser feitas por pessoas físicas", reforça.

A legislação, por sua vez, encurtou a campanha de 90 para 45 dias. O que na prática, em razão do registro dos candidatos, abertura das contas de campanhas e confecção do material de propaganda, muitos consideram efetivamente de 35 dias, onde haverá inúmeras

proibições. Neste ano, por exemplo, não será permitida a afixação de cavaletes com as fotos dos candidatos. As únicas propagandas móveis, que podem ser colocadas nas ruas, são as bandeiras e mesas



Advogado Cristiano Vilela alerta sobre mudanças nos gastos eleitorais

para distribuição de folhetos. Os folhetos impressos observarão as mesmas regras anteriores e não houve modificações.

Nos veículos, os envelopamentos estão proibidos. No caso dos carros, só são permitidos adesivos comuns de até 50 cm x 40 cm em cada um dos lados do automóvel ou microperfurados no tamanho máximo do para-brisa traseiro.

O advogado Cristiano Vilela faz um alerta no que se diz respeito à prestação de contas no período eleitoral. "Gastos eleitorais só poderão ser feitos depois do dia 16 de agosto, mas desde que o candidato já tenha o seu CNPJ e sua conta bancária aberta. Não pode ter nota fiscal com data anterior, não pode mandar fazer material com data anterior", esclarece.

Manual do Candidato

APM disponibiliza em seu site (www.apaulista.org.br) um manual simplificado para os candidatos das eleições de 2016, de autoria do Escritório Pomini Advogados, que fez uma compilação das principais regras básicas aplicáveis ao processo eleitoral.



**QUEM MONTA O MAIOR CONGRESSO
DE MUNICÍPIOS, PODE MONTAR O
MELHOR EVENTO DE SUA CIDADE.**

ANIVERSÁRIO DE CIDADE - FESTAS TEMÁTICAS - SHOWS - CONGRESSOS - FEIRAS

Fones: (13) 3877.0034 3877.0035

E-mail: cape@capeeventos.com.br



Desenvolve SP apresenta Fundo InfraPaulista para municípios

Fundo pretende atrair investidores para a realização de projetos de infraestrutura nas cidades paulistas

A Agência de Desenvolvimento Paulista – Desenvolve SP – apresentou no Congresso o novo Fundo InfraPaulista, que pretende realizar projetos de infraestrutura nos municípios. A palestra foi ministrada pelo diretor-presidente da Desenvolve SP, Milton Luiz de Melo Santos.

O objetivo da exposição foi apresentar aos prefeitos e demais municipalistas um novo modelo de captação de recursos para locar investimentos de infraestrutura. “O principal ponto é a captação de recursos junto aos fundos de pensão dos servidores municipais. Isso será aplicado em projetos que os municípios tenham interesse, porém, com a participação da parceria privada no investimento”, destacou Santos.

O fundo poderá ter patrimônio de até R\$ 1 bilhão. O projeto pretende atrair investidores para recursos em projetos como geração de energia limpa, resíduos sólidos, portos, aeroportos, iluminação pública, transporte municipais e intermunicipais, entre outros. “São várias as áreas em que podemos melhorar as condições de vida das cidades, pois hoje as prefeituras não têm condições de fazer este investimento. Elas

podem enquadrar isso em um processo de concessão, sendo que o investidor privado é quem faz o investimento”, ressaltou o diretor-presidente da Desenvolve SP.

Os projetos precisarão demonstrar sustentabilidade financeira e elevado interesse

período de divulgação do mecanismo. “Estamos no processo de informar a sistematica para que, a partir daí, possam entender como funciona e iniciem as apresentações dos projetos de interesse das prefeituras”, explicou Santos.

O diretor-presidente da Desenvolve SP acredita que, já no segundo semestre deste ano, começarão a ser captados recursos de investidores que tenham interesse, além da atração de projetos para que tenham andamento. Para o Governador Geraldo Alckmin, a “infraestrutura gera muitos empregos na construção civil, reduz o custo Brasil e melhora a competitividade e a eficiência”.

Sobre a Desenvolve SP

A Desenvolve SP é a instituição do Governo do Estado de São Paulo que financia, por meio de linhas de crédito sustentáveis, o crescimento planejado das pequenas e médias empresas e municípios paulistas. A agência já atingiu a marca de R\$ 2 bilhões em financiamentos para mais de 1.300 empresas e prefeituras em 246 cidades. Somente para as prefeituras foram mais de 590 milhões em sete anos. Para saber mais sobre a instituição acesse: www.desenvolvesp.com.br.



Diretor-presidente da Desenvolve SP, Milton Luiz de Melo Santos, explica novo modelo de captação de recursos

público, resultando na melhoria da infraestrutura dos municípios paulistas. O retorno do investimento do fundo nos projetos se dará por meio de parcerias público-privadas (PPP's), concessões ou operações exclusivamente privadas.

O Fundo InfraPaulista foi lançado em novembro de 2015 e, no atual momento, está em seu

O Congresso Estadual de Municípios completou 60 anos de história num momento que o Brasil passa por uma de suas maiores crises. A Revista Municípios ouviu dos prefeitos, que têm enfrentado graves problemas no dia a dia, para saber qual a opinião deles sobre a contribuição do Congresso para o fortalecimento dos municípios e as ferramentas que oferece para superar os obstáculos que afetam diretamente a gestão pública.



*Sandra Kasai,
Prefeita de
Rosana*

“O Congresso da Associação reúne as experiências de cada administrador público e suas dificuldades, para então tentarmos tirar uma solução para os problemas dos municípios. Temos visto de encontros anteriores a importância da Carta Proposta que sai de cada Congresso realizado, com reivindicações e sua resolutividade”.

“O Congresso apresenta boas palestras, com pessoas gabaritadas e autoridades com opiniões importantes. Mas o mais importante para os prefeitos são as trocas de experiências com outros administradores, que vêm com uma solução inovadora e abordaram o problema de uma maneira mais adequada do que a gente. Isto é muito bom”.

*Benedito Carlos
de Campos Silva,
Prefeito de
Natividade
da Serra*



*Flávio Luiz
Renda de
Oliveira,
Prefeito de
Três Fronteiras*

“O Congresso é muito importante. Talvez até falte um pouco mais de união de nós, prefeitos, e mais empenho para brigarmos juntos por nossas reivindicações. Afinal, 645 municípios representam uma força muito grande no Estado. Deveríamos ter mais encontros. Unidos seremos mais fortes para superar os obstáculos do dia a dia”.

“Os debates realizados aqui no Congresso são sempre importantes, até para abrir mais a mente dos prefeitos e dos demais municipalistas. É fundamental estarmos sempre juntos em busca dos nossos anseios, ainda mais diante de uma crise como esta. Unidos, conseguimos reivindicar com mais força”.

*Hudson
José Gomes,
Prefeito de
Alambari*



*Nilton
Ferreira
da Silva,
Prefeito de
Nova Campinas*

“É de extrema importância esta troca de experiências entre os administradores públicos. Algo que, de repente, não está dando certo no seu município, algum prefeito já pode ter passado por aquele problema e encontrado uma solução que possa apresentar para os demais. Acaba sendo um caminho mais rápido para solucionar o problema”.

A crise que assola o país tem afetado diretamente a todos os municípios. A preocupação com o desfecho do mandato neste ano tem tirado o sono dos gestores públicos. A crise na saúde, na educação e a falta de recursos são apontadas como os principais problemas enfrentados pelas cidades. Durante o 60º Congresso, a Revista Municípios perguntou aos prefeitos como estão encarando este momento de grande recessão.



*Chico Telles,
Prefeito de Dois
Córregos*

“Estamos vivendo uma crise sem precedentes e, infelizmente, coube a nós, gestores que estão à frente das prefeituras, administrar toda esta dificuldade. Mesmo em meio a tudo isso, precisamos criar alternativas que passam pela criatividade e corte de gastos. Com certeza absoluta, a crise está muito assustadora e vai penalizar as prefeituras que buscam a reeleição em outubro”.

“Do tempo que estou na política, é o pior momento que já passei. É uma crise institucional, política e de muita corrupção. Infelizmente eu conheci e convivi com o pessoal que está no poder hoje (Governo Dilma). O que eles fizeram com o Brasil, fizeram também com o ABC Paulista. Eles acabaram com o ABC. O pior é que não reconhecem e estão pouco ligando para o que aconteceu”.

*Benedito
Tadeu
Fávero,
Prefeito de
Jumirim*



*Adelino da
Silva Carneiro,
Prefeito de
Dumont*

“Está muito complicado de se administrar o município hoje, porque as exigências são grandes e os recursos são poucos. Como são os prefeitos e os vereadores que estão junto do povo, são eles efetivamente cobrados. Do jeito que está não dá para atender as demandas da cidade. Precisamos de uma mudança rápida para que o Brasil não continue parado”.

“Estamos passando por uma dificuldade muito grande financeiramente em nossos municípios. Este Congresso vem abordar esta situação, mas não vejo uma solução em curto e médio prazo. A gente vê questões cada vez mais dificeis e não consegue enxergar uma situação favorável neste momento de crise”.

*Edson
Valdir Sima,
Prefeito de
Taquarivaí*



*João Manoel
de Castilho,
Prefeito de
Floreal*

“Quando entrei na prefeitura, a gestão anterior tinha deixado algumas dívidas, mas consegui sanar todas. Ainda consigo cumprir com a folha de pagamento em dia, mas a recorrente queda na arrecadação nos traz perspectivas ruins. O medo é que nos próximos meses eu não consiga manter os serviços que ofereço à minha comunidade”.

ARTESP traça nova meta para reduzir índice de mortes nas rodovias

Em sua participação no 60º Congresso Estadual dos Municípios, a ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) destacou os resultados do Programa de Redução de Acidentes (PRA) nas rodovias concedidas paulistas. A palestra foi ministrada pela gerente de Sinalização e Segurança do órgão, Viviane Rivel.

Implantado pelas concessionárias desde o início do Programa de Concessões, o PRA objetiva garantir altos padrões de segurança, confiabilidade e conforto nas rodovias paulistas concedidas. Desde o inicio, a partir do ano 2000, a meta é reduzir o índice de mortes nas rodovias para menos da metade em 20 anos (o índice considera a quantidade de mortes, o volume de veículos e a extensão da malha). “As medidas adotadas surtiram efeito

tão positivo que a meta foi praticamente atingida em 13 anos: o índice caiu de 5,32 (mortes por 100 milhões de veículos por quilômetro) para 2,57”, explicou Viviane.

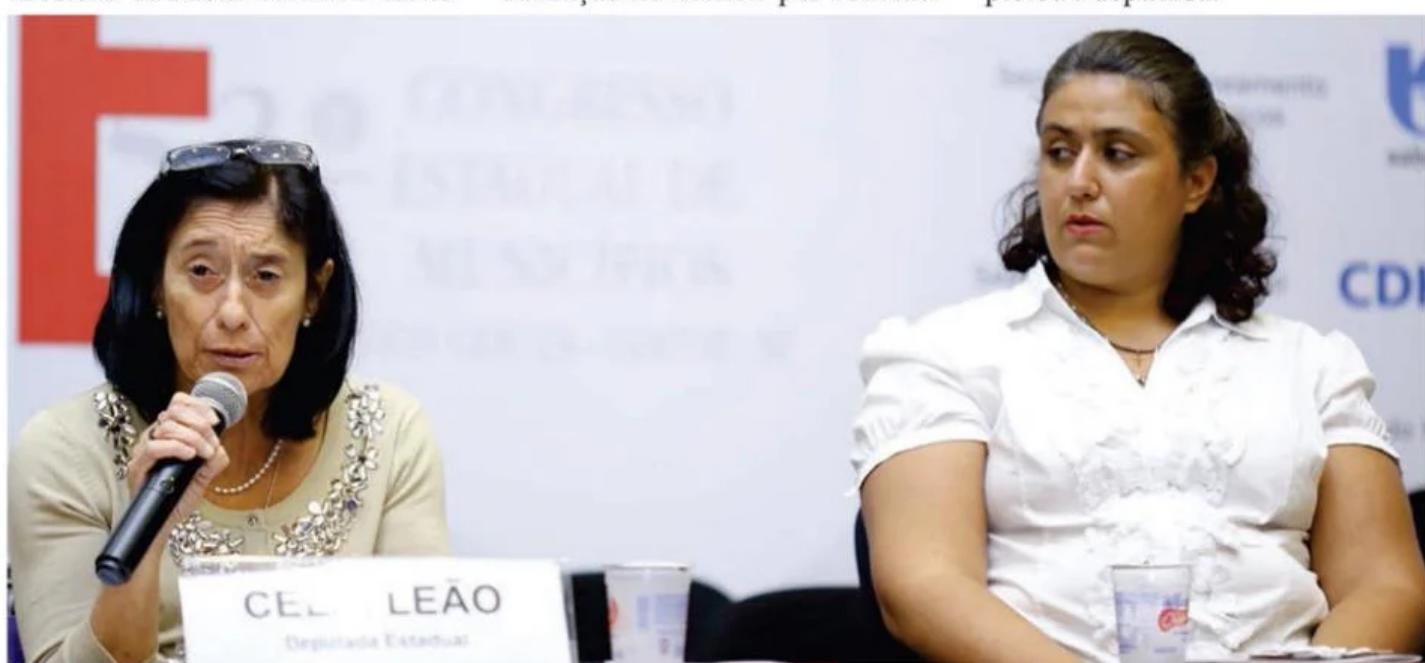
Com base nos resultados alcançados e considerando as metas lançadas pela ONU no programa Década de Ações para a Segurança Viária (2011 a 2020), a ARTESP, em conjunto com as concessionárias, reviu os objetivos e a nova meta é reduzir as mortes em 50%, ou pela metade, até 2020, considerando os números de 2010 como base. E, mesmo sem ser uma das metas estabelecidas pela ONU, queda de 20% no número de feridos.

“Para atingir o patamar almejado, a ARTESP mantém os investimentos na infraestrutura viária e vem reforçando as campanhas de educação no trânsito por conside-

rar que é necessário mudar também o comportamento do usuário”, concluiu Viviane.

Apoio

Paraplégica depois de um acidente de carro numa rodovia, quando tinha apenas 18 anos, a deputada estadual Célia Leão destacou a necessidade das cidades se envolverem na questão do trânsito. “Todos os painéis do Congresso são importantes, mas este diretamente é de garantir a vida das pessoas. Morrer, todos nós iremos em algum momento. O ir não é problema, a forma e quando, sim. Ninguém pode ir por violência no trânsito”, disse. “Temos que dar importância para as políticas públicas, que normalmente são do Estado, porque as políticas de trânsito são do Estado, mas os municípios também devem cuidar”, completou a deputada.



Deputada Estadual Célia Leão fala da importância das políticas públicas, observada pela gerente de Sinalização e Segurança da ARTESP, Viviane Rivel

Detran.SP comemora avanços no atendimento

O Detran.SP (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo) está comemorando cinco anos de sua ampla reformulação, com modernização física e administrativa das unidades de trânsito. Quem falou sobre o tema no painel do Congresso foi o assessor da presidência do órgão Frederico Pierotti Arantes.

Inspirado no padrão Poupatempo, o novo modelo do Detran.SP visa oferecer à população um atendimento mais ágil e eficaz em unidades com melhor infraestrutura. “Nosso objetivo na palestra foi ser bem pontual no avanço que conquistamos nesse período em relação à evolução das unidades”, destacou Arantes.

Além da modernização física, o

Detran.SP também tem investido em serviços eletrônicos para desburocratizar o atendimento, facilitar a vida do cidadão e conferir mais lisura aos processos relativos à habilitação, veículos e infrações. Hoje já são 26 serviços disponíveis no Portal do Detran.SP.

O cidadão também já pode realizar alguns dos principais serviços por meio de celulares ou tablets. No app “Detran.SP” é possível pedir 2^a via da CNH e acompanhar a emissão do documento, consultar pontos registrados na habilitação, consultar multas do próprio veículo e pesquisar débitos ou restrições de veículos de terceiros.

Segundo Arantes, o Detran.SP vem fiscalizando ainda mais seus parceiros no Estado. “Hoje, são



Assessor da presidência do Detran.SP,
Frederico Pierotti Arantes

quase 300 municípios integrados e muitos menores ainda não estão, o que é uma obrigação do Código de Trânsito que não vem sendo cumprida. Isso acaba acarretando uma falta de gestão no trânsito por parte dos municípios do Estado. Da nossa parte, foram feitas mais de 1400 ações de fiscalização nesses cinco anos”, revelou o assessor da presidência.

Região do Vale do Paraíba debate a crise

Durante a realização do 60º Congresso da APM, em Campos do Jordão, o CODIVAP (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba) realizou sua segunda reunião ordinária de 2016. Os municípios do Litoral Norte e Mantiqueira também foram integrados ao CODIVAP.

A reunião foi presidida pela Prefeita de Cruzeiro, Ana Karin Andrade (2^a vice-presidente do CODIVAP), e teve como pauta a discussão do impacto da atual crise financeira que o Brasil atravessa nos municípios codivapianos. Também compuseram a mesa de tra-



Prefeitos discutem impacto da crise nos municípios do CODIVAP

lhos o Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni, e a Coronel da Polícia Militar Eliane Nikoluck.

Na reunião também foram escolhidos os membros do Comitê de

Bacia Hidrográfica da Bacia Rio do Paraíba do Sul, ficando a Prefeita de Piquete, Teca Gouvêa, como titular e o Prefeito de Campos do Jordão como suplente.

Arsesp: foco em saneamento básico, energia elétrica e gás canalizado

A Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) destacou no Congresso da APM sua parceria com as cidades. Com o objetivo de regular, controlar e fiscalizar os serviços, preservando as competências e prerrogativas municipais, a autarquia reforçou aos congressistas sua atuação em três setores:

Energia elétrica: fiscalizar as concessionárias de distribuição e permissionárias que atuam no Estado.

Gás canalizado: regular e fiscalizar os serviços de distribuição de gás canalizado das concessionárias paulistas

Saneamento básico: regular e fiscalizar os serviços de saneamento de titularidade estadual, assim como aqueles de titularidade

municipal, que venham a ser delegados à Arsesp pelos municípios que manifestarem tal interesse.

A Arsesp informou que sua missão é garantir o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e Poder Público. “Consideramos a parceria com os municípios estratégica, porque a Agência conta com uma estrutura qualificada que vai poder fixar parâmetros, normas de qualidade, controle e monitoramento”, afirmou o diretor de Relações Institucionais da Arsesp, Paulo Arthur Góes. “As prefeituras estarão compartilhando as responsabilidades, o que traz transparência. Além dos aspectos da política pública e da gestão tarifária, a Agência assume a interface com o usuário do serviço”, completou,



Diretor de Relações Institucionais, da Arsesp, Paulo Arthur Góes

reforçando algumas de suas ferramentas e canais de comunicação, como atendimento ao usuário, ouvidoria e pesquisas de satisfação.

IMESP - Certificado Digital

Criada há mais de 120 anos, a Imprensa Oficial do Estado de São (IMESP) acompanhou a evolução dos tempos e adotou a tecnologia para facilitar a vida de prefeitos, vereadores, gestores públicos e o cidadão. Para tanto, como explicou o chefe de Desenvolvimento de Projetos Adriano Frare, a Imprensa Oficial se especializou em documentos eletrônicos, entre eles o Certificado Digital.

O Certificado Digital contém dados sobre a pessoa ou empresa que o utiliza para comprovação mútua de autenticidade. Funciona como uma carteira de identidade eletrônica, permitindo que uma transação realizada via Internet torne-se perfeitamente segura, já



Chefe de Projetos da IMESP, Adriano Frare

que as partes envolvidas deverão apresentar mutuamente suas credenciais, comprovando as suas identidades. Com ela, o usuário

tem a opção de utilizar a assinatura digital, permitindo a troca de documentos, com autenticação, sigilo e integridade de conteúdo. “Assim, os documentos que trafegam eletronicamente, para possuírem reconhecimento legal, não mais precisam ser convertidos em papel e assinados”, destacou Frare.

Os projetos em Certificação Digital da IMESP são desenvolvidos para garantir segurança e autenticidade nos mais diversos tipos de transações eletrônicas. O objetivo é simplificar a vida de instituições que precisam de agilidade nos seus processos, total sigilo das informações eletrônicas e consultoria especializada em Certificação Digital.

Comgás apresenta solução para levar gás natural aos municípios

A Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) apresentou no 60º Congresso Estadual de Municípios uma solução que viabiliza a chegada de gás natural a municípios por onde ainda não passa uma rede de gasodutos. A iniciativa, chamada de “Projeto Estruturante”, está sendo aplicada em Campos do Jordão, primeiro município na área de concessão da Comgás a receber os benefícios desse tipo de projeto em diversos segmentos (industrial, comercial e residencial).

O investimento está permitindo o atendimento da cidade sem que tenha sido necessário instalar um gasoduto interligando a rede existente em Taubaté ao município.

O carregamento da unidade de abastecimento é feito por caminhões específicos, que transportam o gás natural comprimido (GNC) a partir de uma base em Itatiba. Em Campos do Jordão, o



Marcos Bonini, diretor comercial da Comgás

GNC é descomprimido, tem sua pressão reduzida e, na sequência, é distribuído aos clientes. Entre as aplicações do gás natural que estarão disponíveis estão a cocção, a calefação de ambientes, a geração de vapor e o aquecimento de água

para banho.

O Projeto Estruturante também já foi levado para o município de Analândia, atendendo a uma demanda da Mineração Jundu, controlada pelo grupo francês Saint-Gobain. O gás natural comprimido é levado em carretas até uma estação de descompressão nas proximidades da empresa e, a partir dessa estação, chega até a planta industrial a partir de uma rede de aproximadamente 500 metros.

“Estamos sempre buscando formas de levar gás natural a mais clientes, expandindo para outros municípios e distritos industriais, mesmo em localidades onde ainda não temos rede. O Projeto Estruturante representa uma solução sob medida para atender a demandas em municípios com essas características”, destaca o diretor Comercial, de Expansão e Relacionamento com o Cliente da Comgás, Marcus Bonini.

Municipalistas: reivindicações e teses nas plenárias

Durante as manhãs de três dias do 60º Congresso Estadual de Municípios, os congressistas participaram das reuniões plenárias. Na ocasião, os municipalistas, principalmente vereadores, puderam apresentar na tribuna do auditório principal várias propostas, moções e teses reivindicando benefícios para os seus municípios.

Alguns até lembraram de solicitações feitas em outras edições do



Reuniões foram comandadas por Flávio Callegari e Antonio Sérgio Baptista

Congresso que foram atendidas após o apoio da APM. As reuniões foram presididas por Flávio Callegari, membro da Comissão de Sin-

dicância da APM, e coordenada por Antonio Sérgio Baptista, coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar.



Procon destaca importância de convênio com os municípios

Instituição abriu o painel da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

Comemorando 40 anos de fundação em maio de 2016, o Procon-SP abriu o painel da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania no 60º Congresso da APM. A instituição procurou destacar a importância de se implantar uma unidade do órgão nos municípios paulistas. A instituição conta com oito regionais no Estado e 272 cidades conveniadas.

Segundo o diretor-executivo em exercício do órgão, Carlos Alberto Estracine, o Procon-SP é a quarta instituição mais confiável apontada pelos paulistas. Em 1977, com base nos primeiros dados computados pelo órgão, a média de atendimento por mês era de 128 registros. Em 2016, passados quase quatro décadas, esta média se transformou em 54 mil. O total de atendimento registrado neste período foi de mais de 11 milhões. Vinculado à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, o Procon-SP tem como missão principal equilibrar e harmonizar as relações entre consumidores e fornecedores. Tem ainda por objetivo elaborar e executar a política de proteção e defesa dos consumidores no Estado.

Prometendo manter seu protagonismo na defesa do consumidor em São Paulo, o Procon-SP se credencia como uma valorosa ferramenta para as cidades. “É

muito importante estabelecer o convênio com a Fundação Procon. É importante para a população, que vê ali um órgão no qual pode contar e levar suas reclamações, sentindo-se protegida na relação consumerista”, argumenta Estracine. “O custo de sua implantação não é muito alto, pelo contrário, é baixo. Nós damos a tecnologia, o know-how e o prefeito apenas precisa adequar o local, com um ou dois funcionários”, acrescenta o diretor.

O Procon-SP apostou num retorno de destaque para os gestores públicos que firmam esta

parceria. “Às vezes, o prefeito pode pensar o seguinte: ‘vou aplicar multa e penalidade para o comércio da minha cidade?’”. Mas saiba que é muito importante para o consumidor esta atuação do Procon no município. A população vai agradecer a administração da cidade por esta proteção”, finalizou Estracine, que também lembrou que o Código de Defesa do Consumidor completou 25 anos em 2016.

O painel da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania contou depois com as palestras do Ipem, Itesp e Imesc.



Diretor-executivo do Procon-SP, Carlos Alberto Estracine

Ipem pede ajuda para fortalecer fiscalização nas cidades

O Ipem (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo) executa serviços considerados essenciais na proteção ao cidadão nas relações de consumo e exerce a fiscalização e a verificação de instrumentos de medir, produtos embalados sem a presença do consumidor. O instituto também presta serviços na área de metrologia, por meio de laboratórios de alta precisão. Na apresentação no Congresso da APM, o superintendente adjunto do Ipem, Arlindo Afonso Alves, destacou a importância das prefeituras neste trabalho de fiscalização.

Como exemplo de uma de suas ações, o superintendente revelou que o instituto tem intensificado a fiscalização de postos de combustíveis que têm apresentado irregularidades no volume do combustível fornecido nas bombas de gaso-

lina ao consumidor. Vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Ipem também fiscaliza produtos cuja certificação é compulsória pelo Inmetro (capacetes, preservativos, extintores etc). Instrumentos de medir, como taxímetros, radares, balanças rodoviárias e balanças industriais, também são alvos de verificação constante pelas equipes técnicas do instituto.

Com 18 regionais espalhadas no Estado, o Ipem pede por mais participação dos municípios. “O prefeito está próximo do cidadão. É importante a Prefeitura denunciar quando tiver qualquer informação com algum tipo de irregularidade, seja em postos de gasolina ou produtos embalados, tipo o pescado, que você não vê embalar o produto”, destacou Alves, divulgando o telefone do serviço de ouvidoria



*Superintendente adjunto do Ipem,
Arlindo Afonso Alves*

do Ipem - 0800 0130522. “Entre em contato para que a gente possa fortalecer a fiscalização nas cidades. Nos alerte e conte conosco, pois isso irá nos ajudar a defender o consumidor”, concluiu o superintendente.

Imesc: perícias de medicina legal e DNA

O Imesc (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo), órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado, possui várias atribuições, como promover a formação e o treinamento de pessoal especializado, mediante a realização de cursos e congressos nos ramos da Medicina Legal, da Medicina Social, da Medicina do Trabalho, da Criminologia, da Criminística, da Identificação, da História da Medicina e da Ética Profissional. Na palestra no Congresso da APM, o superintendente Sérgio Maranhão destacou as perícias de medicina legal e de investigação



*Superintendente do Imesc,
Sérgio Maranhão*

de vínculo genético (DNA).

Segundo Maranhão, 95% das perícias realizadas pelo Imesc atualmente são demandas da Justiça e de beneficiários da justiça gratuita. “É um número que nos deixa satisfeitos, pois é um serviço para aqueles que realmente precisam”, disse. Para alcançar praticamente todas as regiões de São Paulo, o Imesc instalou unidades descentralizadas de perícias de DNA e de medicina legal por várias regiões do Estado. O superintende revelou que o Imesc busca a implantação de unidade de perícia de medicina legal nas regiões judiciárias de Campinas e São José dos Campos.

Itesp: regularização fundiária urbana e compras públicas do Estado

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado. Vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a fundação destacou dois de seus programas no 60º Congresso da APM: “Compras públicas – PPAIS/PPAIS Leite e Regularização Fundiária Urbana”.

O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS - é uma ação do Governo do Estado que visa estimular a produção a garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. O Programa faz com que o Estado se torne o principal comprador dos produtos da agricultura familiar permitindo a melhora da qualidade de vida dos que



Diretor-executivo do Itesp, Marco Pilla

diretor executivo do Itesp, Marco Pilla.

Na apresentação, o diretor destacou também a parceria com prefeituras no Programa de Regularização Fundiária Urbana. O Governo do Estado, via Fundação Itesp, colabora com recursos humanos e materiais calculados pela hora técnica de trabalho dos servidores, enquanto as prefeituras com alimentação e hospedagem para os trabalhadores. “O beneficiário que recebe o título do

Itesp não paga nada. O documento garante segurança jurídica e a sucessão hereditária do bem”, destacou Pilla.

O Itesp lançou recentemente uma cartilha de orientação com passo a passo do processo de regularização fundiária. Informações pelo telefone (11) 3293-3300.

trabalham no campo. O governo compra frutas, verduras, legumes e outros alimentos que serão utilizados para produção de refeições em orgãos estaduais, como hospitais, escolas, presídios, entre outras instituições. “Vamos lançar em breve o PPAIS Leite, que vai comprar neste modelo do programa o leite dos produtores”, revelou o

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasses do Governo aos Municípios.



Dersa disponibilizará Atestado Seguro para as prefeituras

A Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A) apresentou no 60º Congresso da APM o Atestado Seguro, sistema desenvolvido para a produção eletrônica de atestados de capacidade técnica (ACT), a partir de uma plataforma web. O gerente de marketing e novos negócios da Dersa, Fellipe Marmo, explicou o funcionamento e as vantagens do serviço, que já está em operação na Dersa e será adotado, segundo o governador Geraldo Alckmin, por outros órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

O atestado de capacidade técnica é o documento utilizado por empresas e profissionais para comprovar a realização prévia de serviços específicos no campo da engenharia e/ou arquitetura. Ele é emitido por todo órgão público que con-

trata esse tipo de serviço, a pedido do contratado. O documento descreve com clareza as atividades desenvolvidas pelo prestador daquele (s) serviço(s) ao longo do contrato.

Nas licitações de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, os órgãos públicos exigem que os competidores comprovem o domínio das expertises técnicas relevantes por meio da apresentação de ACTs.

Com o Atestado Seguro (www.atestadoseguro.sp.gov.br), a Dersa abandonou a emissão de ACTs em papel, substituindo-os por arquivos eletrônicos no formato PDF, digitalmente assinados e de conteúdo aberto. Segundo Fellipe Marmo, “o novo formato elimina a necessidade de reconhecimentos de firma e cópias autenticadas,



*Gerente de novos negócios
a Dersa, Fellipe Marmo*

além de ser imune a falsificações de conteúdo.”

A partir do segundo semestre deste ano, a Dersa colocará o Atestado Seguro à disposição de prefeituras e outros órgãos públicos que queiram emitir ACTs com segurança e agilidade, sem custo para as prefeituras.

EMTU e os desafios do transporte no Estado

A EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos) participou do 60º Congresso da APM com a palestra “Os desafios do transporte metropolitano nas regiões do Estado de São Paulo”. Na apresentação, o presidente da empresa, Joaquim Lopes da Silva Júnior, procurou demonstrar que é possível propiciar à população um serviço de qualidade, com investimentos em infraestruturas de transporte modernas e funcionais.

No estande do Governo do Estado dentro do Congresso havia painéis de projetos da EMTU já construídos ou em execução para o setor de transporte público, como o Terminal Vila Galvão do Corredor Metropolitano Guarulhos – São Paulo; a Estação de Transferência Barueri, o Terminal de Integração



*Presidente da EMTU,
Joaquim Lopes da Silva*

Carapicuíba, e a reforma do Terminal Osasco do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo. Outros exemplos são os terminais, estações e viário da extensão do Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares, na Região Metropolitana de Campinas; além da maquete do

VLT da Baixada Santista que já está operação entre as cidades de São Vicente e Santos, somando os 6,5 primeiros quilômetros deste inédito sistema de transporte no país, por ser operado por veículos elétricos, que não poluem o meio ambiente.

A EMTU é uma empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM) que fiscaliza e regulamenta o transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo: São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte. Essas cinco áreas somam 133 municípios que têm toda a sua rede de transportes intermunicipais controlada pela EMTU.

Carta de Campos do Jordão

Documento final do 60º Congresso Estadual de Municípios Campos do Jordão 2016

Soluções efetivas e duradouras para afastar as crises são a principal cobrança das autoridades municipalistas que participam do 60º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Campos do Jordão, conforme revela o texto final da Carta de Campos do Jordão. Este é o documento oficial do encontro, que destaca também a necessidade de uma ampla discussão do Pacto Federativo.

A Carta de Campos do Jordão é uma manifestação coletiva dos prefeitos, vereadores e demais autoridades sobre o momento de crise financeira e política do país, consequência de uma série de circunstâncias que revelam o esgotamento de posturas. Por exemplo, os prefeitos e vereadores cobram redistribuição mais equânime da carga tributária brasileira.

A Carta apresenta ainda propostas concretas junto ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa para mudar a atual e precária situação pela qual passam os municípios.

Ao lado, apresentamos o texto na íntegra da Carta de Campos do Jordão.

Os Municípios Paulistas, reunidos em Campos do Jordão, de 29 de março a 1º de abril, no 60º Congresso Estadual de Municípios, exigem soluções efetivas e duradouras para afastar a crise que se instalou no país.

Ações propostas em conjunto ao Governo Federal e Congresso Nacional:

Em primeiro lugar, é necessário retomar a discussão do Pacto Federativo, começando por buscar solução para o equilíbrio entre as obrigações de cada ente federativo e as receitas para suportá-las.

Em segundo lugar, necessitamos urgentemente de uma Reforma Política para avançarmos em nosso processo democrático.

Em terceiro lugar, necessitamos de uma mudança drástica das estruturas governamentais pois o modelo atual está esgotado, temos uma das maiores cargas tributárias e uma distribuição dos tributos arrecadados de uma forma desequilibrada, onde os municípios ficam com ínfima parte.

Ações propostas junto ao Governo Estadual e Assembleia Legislativa:

Em primeiro lugar, a urgente regulamentação da Lei que criou o Município de Interesse Turístico, e a instalação dessa nova categoria de municípios, para que o turismo seja vetor de geração de mão de obra e geração de renda.

Em segundo lugar, apoio a nova PEC que regulamenta os pagamentos de precatórios no nosso país, utilizando parte dos depósitos judiciais para a quitação desses passivos.

Em terceiro lugar, legislação que permita os SUS cobrar dos Planos de Saúde os procedimentos de atendimento a saúde dos seus conveniados, gerando assim mais receitas para o atendimento a saúde.

Outras reformas estruturais são absolutamente imprescindíveis, começando por enfrentar a necessária e abrangente revisão do capítulo da Constituição Federal que trata da Administração Pública, em especial no que se refere à estabilidade para todos os servidores, sem qualquer distinção, fatores fundamentais de crescimento das despesas com pessoal de todos os setores das administrações públicas e gastos públicos em tempo de crise.

Todas as teses apresentadas terão seus encaminhamentos aos devidos destinatários e todas as propostas aprovadas são parte integrante desta carta.

Marcos Monti
Presidente da AP

Mulheres debatem temas importantes no Congresso

Em mais uma edição de sucesso, a Programação Especial do 60º Congresso Estadual de Municípios debateu temas importantes e contou com palestras de renomados especialistas. O evento teve a coordenação geral das primeiras-damas Andrea Siqueira Campos Monti, de São Manuel, e Juliana Vieira Cintra, de Campos do Jordão, que também são presidentes do Fundo Social de Solidariedade de seus respectivos municípios. O Programa é voltado principalmente para primeiras-damas, presidentes dos fundos sociais e esposas de políticos.

As apresentações dos debates nos dois dias de eventos ficaram a cargo de Dalva Christofeletti, uma das mentoras do Programa Especial. Duas palestras marcaram o primeiro dia. A primeira foi a da presidente da Libra (Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil), Marta Lívia Suplicy, que falou sobre a comunicação e o poder da palavra, incenti-



Presidente da Libra, Marta Lívia Suplicy falou sobre a comunicação e o poder da palavra



Programação Especial promoveu trocas de experiências em assuntos sensíveis à população

vando as primeiras damas e os fundos sociais a utilizarem todas as ferramentas de comunicação que estiverem disponíveis, para propagar o trabalho que está sendo feito.

Para Andrea Monti, a única maneira de mudar a nossa sociedade é por meio do conhecimento. “A troca de experiências promovida nestes encontros é muito rica. Vendo como cada Fundo está trabalhando e a criatividade para contornar a crise, faz com que possamos avaliar o que se encaixa e pode contribuir para o nosso município”, destacou a primeira-dama de São Manuel.

Na segunda palestra, a ginecologista Albertina Duarte Takiuti falou sobre gravidez na adolescência e o aumento concomitante com as doenças sexualmente transmissíveis. Albertina é coordenadora do Programa Estadual do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e elaborou o Projeto Casa do Adolescente. Na sua apresentação, ela detalhou a implantação e lançou sementes que deverão frutificar em diversos municípios.

O tema, muitas vezes esquecidos na sociedade, foi destacado por Juliana Cintra, que reconhece o problema em sua cidade. “Em Campos



A ginecologista Albertina Duarte Takiuti palestrou sobre gravidez na adolescência

do Jordão, 18% entre as grávidas têm entre 10 e 14 anos. Estamos bastante preocupadas e querendo criar alternativas. A Dona Albertina sugeriu a casa do Adolescente, que ainda não temos por aqui”, disse a primeira-dama de Campos do Jordão. “O Programa Especial traz boas referências. É uma semente que é plantada para que a gente possa colocar os frutos no dia a dia dos municípios. Vamos lutar pela Casa do Adolescente. A sementinha do Programa para Campos do Jordão já foi plantada”, completou Juliana Cintra.

Secretário mostra as dificuldades de cumprir a Inclusão Escolar

O segundo dia da Programação Especial teve como foco os desafios da Inclusão Escolar. O tema foi inicialmente discutido com as palestras da Profa. Doutora Lara Cristina dos Santos, médica neurologista da Faculdade de Botucatu, e da Profa. Doutora Niura de Moura Ribeiro Padula, Chefe de Serviços de Neurologia Infantil da Unesp de Bauru e Dra. em Neurociências pela Unicamp. Para fechar os painéis do Programa, foi a vez do secretário estadual de Educação, José Renato Nalini, abordar a educação em São Paulo e a legislação sobre a Inclusão Escolar.

Para o secretário, inclusão é um tema recorrente e que o Brasil inteiro discute por conta da nova lei, que, para ele, é bastante ambiciosa e nos equipara a países de primeiro mundo. “O interessante é que a sociedade está sendo despertada para essa responsabilidade social de fazer com que todos os seres humanos, independentemente de suas diferenças físicas, psicológicas e especiais, possam ser incluídos em tudo aquilo que é de direito fundamental”, afirma Nalini, não escondendo que ainda não vê condições atender a todos os comandos contidos na lei.

Em janeiro de 2016, entrou em vigor no País a Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/2015. São inúmeros artigos que ratificaram e modificaram outras Leis quem garantem os direitos das pessoas com deficiência e trouxeram mudanças importantes.

O secretário lembrou as dificuldades econômicas do país como um limitador. “Temos toda uma série de questões a serem discutidas, analisa-



Secretário José Renato Nalini destaca o comprometimento das presidentes de Fundo Social de Solidariedade

das e enfrentadas com bom senso, embora o que nos dificulte em 2016 é a profunda crise econômico-financeira que impede que atendamos as mais legítimas reivindicações”, ponderou.

Verificando o comprometimento das primeiras-damas presentes, o secretário saudou a atuação dos Fundos de Solidariedade nos muní-

cípios. “É importante saber que temos pessoas muito interessadas lançando mão da criatividade para substituir a falta de recursos”, destacou.

Para concluir, Nalini reforçou que, com a falta de recursos, não há condições de cumprir fielmente tudo aquilo que a lei determina. “Estamos dentro do possível fazendo aquilo que nos permite o orçamento minguado, escasso e contingenciado do Estado de São Paulo. Foi o estado que mais sofreu com a catástrofe nacional, o que dificulta fazer o que determina a Lei da Inclusão, que é tão saudável e benéfica ao nosso país.”

Apesar de reconhecerem as dificuldades do Estado, as mulheres da APM prometem cobrar do poder público ações voltadas para a Inclusiva Educativa. “Para nós, este tema é muito importante. Eu gostaria que não se tornasse apenas uma bandeira da APM, mas de todos os municípios, porque esta lei da Inclusão precisa ser revisada”, argumentou Andrea Monti.



Juliana Cintra (à esq.), Profa. Doutora Niura Padula, Andrea Monti e Profa. Doutora Lara Cristina dos Santos

Coordenadoras fazem balanço positivo do encontro

A primeira-dama da Associação Paulista de Municípios e presidente do Fundo Social de São Manoel, Andrea Siqueira Campos Monti, considerou positivo a participação no Programa Especial do 60º Congresso Estadual de Municípios. Só no primeiro dia foram 46 primeiras-damas presentes. “É um número bastante expressivo, ainda mais diante de um ano muito complicado e de dúvidas com a situação política. Acho muito importante as mulheres estarem aqui, pois a única maneira de conseguirmos mudar o que temos ao redor da nossa sociedade é por meio do conhecimento. Essa troca de informações é muito rica”, destacou.

Parceira de Andrea na coordena-

ção geral do Programa, a primeira-dama Juliana Vieira Cintra, de Campos do Jordão, também espera ter servido de exemplo para as demais participantes. “Como não recebemos salários, eu consigo muita mão de obra voluntária. Tem muita gente querendo ajudar, mas não é chamada. Então quando você chama, ela aparece. O voluntariado é essencial para os fundos sociais”, disse Juliana, revelando que sua maior inspiração foi Lu Alckmin, presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado.

Nos cinco anos em que esteve à frente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, Lu Alckmin priorizou projetos de capa-



Andrea Conti, primeira-dama de São Manuel

citação e geração de renda. Um dos mais importantes foi a “Padaria Artesanal”. Mais de nove mil unidades e 18 mil multiplicadores que qualificaram 360 mil pessoas a aprenderem a arte dos pães.

Dalva Christofeletti: presença em todas as edições



Os 60 anos de história do Congresso Estadual de Municípios foram acompanhados de perto por Dalva Christofeletti Paes da Silva, única pessoa a ter participado de todas as edições do encontro. “Ela é um exemplo de motivação para que todos nós continuemos a luta junto ao movimento municipalista”, destaca o presidente da APM, Marcos Conti.

Dona Dalva, como é chamada hoje carinhosamente, entrou para

a vida pública em 1954 na Prefeitura de Rio Claro, onde trabalhou por 32 anos. Percebendo as dificuldades enfrentadas pelos municípios, participou de um marco da história da Associação Paulista de Municípios. “Me empenhei muito para que o primeiro Congresso fosse realizado e ele aconteceu em Serra Negra, em 1956. Tivemos a participação de apenas 122 pessoas e isso contando também os motoristas e as atendentes. Por isso, foi difícil convencer para que o segundo fosse realizado. Felizmente, ele aconteceu e hoje temos uma história de muitas conquistas para contar”, relata orgulhosa.

Além das trocas de experiências entre administradores públicos e parlamentares, Dalva reforça outro aspecto muito importante dos encontros anuais. “Muitas teses aprovadas no Congresso se trans-

formaram em leis. Nasceu no Congresso da APM, por exemplo, a legislação que mudou a visão em relação ao atendimento à criança com deficiência. Ao invés do atendimento pelo sistema assistencial, foi garantido o atendimento pelo sistema educacional. Eu, como educadora, considero uma das maiores conquistas do Congresso, já que estamos falando da dignidade do cidadão”, recorda.

“Os movimentos liderados pela APM também foram fundamentais para as criações do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), entre outras leis”, acrescentou Dona Dalva, que é também uma das principais mentoras do Programa Especial do Congresso, criado para debater a importância da mulher na vida política.

Galeria de fotos



DIFICULDADES E OPORTUNIDADES



Vice-governador, Márcio França



Deputado Estadual, Márcio Camargo; presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti; Deputado Federal e ex-Secretário de Logística e Transportes, Duarte Nogueira; Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; Deputado Estadual Itamar Borges; Deputado Federal e Secretario Estadual de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro; prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni; e prefeito de Nova Aliança, Jurandir Barbosa de Moraes



Deputado Federal, Milton Monti



Secretário Estadual de Agricultura, Arnaldo Jardim, e presidente da Câmara de Votorantim, Eric Romero



Primeira-dama de São Manuel, Andrea Siqueira Campos Monti; Deputada Estadual Célia Leão, e presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti



Diretora política Edilene Jacob; Senador Alvaro Dias; Conselheira da APM, Marilene Mariotttoni; Tesoureiro Geral da APM, Aquevirque Antonio Nholla



Presidente da CDHU, Marcos Penido e Antônio Carlos Vaca, ex-prefeito de Borebi - SP e atual Secretário de Habitação e Desenvolvimento de Agudos - SP



Presidente do TCE-SP, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho; primeira-dama de Tarumã, Luciene Ferreira e Silva; e prefeito de Tarumã, Jairo da Costa e Silva



Vereador Claudinei Gil (Novais-SP); Deputado Federal e Secretário Estadual de Habitação, Rodrigo Garcia; vereador Marcos de Araújo (Novais-SP)



Secretário Geral da APM, Carlos Alberto Cruz Filho; presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti; Dep. Marcelo Gonçalves; e Tesoureiro Geral da APM, Aquevirque Antonio Nholla



Prefeito de São Carlos, Paulo Roberto Altonami; Marcos Monti e Secretário Municipal de Governo de São Carlos, Waldomiro Antonio Bueno de Oliveira

Prefeito de Altinópolis, Marco Ermanni Hyssa Luiz; e prefeito de Pratânia, Roque Joner



Ex-presidente da Câmara de São João da Boa Vista, Maria Teresinha de Jesus Pedrosa; Andréa Siqueira Campos Monti; Marcos Monti e Deputado Estadual Itamar Borges



Vereador Ronaldo Luiz Herculano (Itatiba-SP); Secretário Estadual de Habitação, Rodrigo Garcia; e vereador José Odécio Moreira



*Advogado e escritor
Prof. Antônio Tito Costa*



Secretário Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania, Aloisio Toledo César; presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti; diretora da APM Dalva Christofeletti; presidente do TCE-SP, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho; Fernando Zuppo e coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Sérgio Baptista



Presidente da Amitur, Jarbas Favoretto; prefeita de Cruzeiro, Ana Karin Dias de Almeida Andrade; prefeito de Bertioga, José Mauro Orlandini; Deputada Estadual Célia Leão; gerente executivo da Aprecesp, Fernando Zuppo; e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Turismo, Bruno Omori



Ex-presidente da Câmara de São João da Boa Vista, Maria Teresinha de Jesus Pedrosa; e Tesoureiro Geral da APM, Aquevirque Antonio Nholla



Presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti, prefeita de Auriflama, Ivanilde Della Roveri Rodrigues e Secretário da agricultura do Estado de São Paulo, Arnaldo Jardim



Marcos Monti; presidente do TCE-SP, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho; e prefeito de Itaju, José Luis Furcin



Vereador Pedro Vaz da Silva Filho (Guarantã-SP); vereadora Maria Cristina Vilarrubia (Guarantã-SP); e Bruna Borges, da ENFOC Campos do Jordão



Prefeita de Rosana, Sandra Kasai



Vereador Adilson José Soares (Anhembi-SP); vereadora Priscilla Maria Jacob (Anhembi-SP); vereador Alexandre da Silva (Anhembi-SP); vereador Lindeval Augusto Motta (Anhembi-SP); e o presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti



Vice-prefeito de Campos do Jordão, Marcelo Padovan; vereador Orlando Fernandes (Campos do Jordão-SP) e Governador Geraldo Alckmin



Vereadora Érika Tereza Coitinho Affonso (Bananal-SP)



Prefeito de Ipuã, José Francisco Souza Ávila; vereador Arnaldo Ribeiro da Silva (Ipuã-SP); presidente da TCE-SP, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho; vereador Isaias Romualdo (Ipuã-SP), e presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti



Presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti; e vice-prefeito de Santos, Eustávio Pereira



Vereador Antonio Lúcio dos Santos (Martinópolis-SP); presidente da Câmara de Martinópolis, João Ramos; advogado e escritor Prof. Antônio Tito Costa; e vereador Ricardo Ogota (Martinópolis-SP)



Vice-prefeito de Campos do Jordão, Marcelo Padovan; e vereadora Lúcia Helena Nader Gonçalves (Bananal-SP)



Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, concede entrevista à imprensa



Marildo Júnior (presidente do PSDB Jovem Campos do Jordão); Gustavo Maximino (PSDB Jovem Campos do Jordão); Governador Geraldo Alckmin; Matheus Lucas Ferro (PSDB Jovem Campos do Jordão); Diego Moreira (presidente PSDB Jovem Tremembé)



Assessor Wagner do Santos Silva (Pedreira-SP); presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti; e vereador Toninho Ganzarolli (Pedreira-SP)



Vereador Abel Rodrigues de Camargo (Ibiúna-SP); vereador Paulinho Dias (Ibiúna-SP); membro da Comissão de Sindicância da APM, Flávio Callegari; e coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM Antônio Sérgio Baptista



Tesoureiro Geral da APM, Aquevirque Antonio Nholla e vereador Douglas Pedroso (Dois Córregos-SP)

PATEM - 27 anos de apoio tecnológico, aos municípios paulistas

Por
Pesquisador Luiz Carlos Tanno

O Governo do Estado de São Paulo (GESP), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SDECTI desenvolve, sistematicamente, desde 1989, o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios do Estado de São Paulo (Patem), formalmente constituído em 19.11.2010, pelo Decreto número 56.412, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

As ações do Patem são aderentes ao Plano Plurianual 2016-2019 do GESP, servindo de suporte técnico para a formulação de políticas de desenvolvimento local e regional, auxiliando os municípios na formulação e implementação de políticas públicas setoriais, de iniciativa pública, incluindo as que visam desonerar o Estado de assumir custos elevados em decorrência de problemas que muitas vezes poderiam ser evitados se medidas

preventivas e corretivas fossem tomadas em tempo hábil no âmbito municipal.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do envolvimento direto da administração municipal nos trabalhos, sobretudo pela participação de seus técnicos, juntamente com os profissionais do IPT, ao longo do desenvolvimento das atividades previstas, reforçando o papel do IPT como instrumento de apoio tecnológico às ações do Governo voltadas ao



Aspecto de erosão em rodovia na região do Vale do Ribeira

desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado, em bases sustentáveis.

O atendimento direto aos municípios se dá, sobretudo, por meio da prestação de serviços técnicos especializados, da transferência tecnológica e capacitação nas formas de treinamento, seminários, elaboração de manuais e publicações técnicas, entre outros mecanismos comprovadamente eficientes.

Dentre as áreas de atuação prioritárias para apoio tecnológico destacam-se: uso do solo, recursos minerais e água subterrânea, obras de infraestrutura pública, distritos industriais e de serviços, habitação e ambiente construído e dinâmica socioeconômica municipal.

O atendimento técnico especializado para a solução de problemas reais e práticos, nos municípios paulistas, é um dos instrumentos mais eficientes para uma efetiva consolidação do processo de transferência tecnológica.

A multidisciplinaridade do IPT, com sua diversidade de competências e capacitações laboratoriais, colocam o Instituto em condições especiais de responder aos diferentes tipos de demandas municipais, seja do setor produtivo seja de políti-



Ordenamento territorial em município do Vale do Paraíba, com delimitação da área urbana

cas públicas, registrando, em seus 27 anos de funcionamento, cerca de 1107 solicitações e 570 atendimentos realizados, o que corresponde a aproximadamente 52 % do total de pedidos formalizados, com recursos aloca-dos, nesse período, da ordem de R\$ 30 milhões.

Cerca de 280 municípios já foram atendidos pelo Programa no Estado, o que equivale a 35% do total de 645 municípios paulistas, ressaltando-se que alguns foram atendidos em mais de uma oportunidade.

Os atendimentos, nesse perío-

do, concentraram-se principalmente, nas regiões metropolitanas de São Paulo, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de Campinas e da Baixada Paulista, com destaque para as demandas associadas a áreas de risco (escorregamentos e erosões), de ordenamento territorial, de infraestrutura pública e de resíduos sólidos.

Municípios ou arranjos municipais do ESP, interessadas em contar com o suporte técnico do IPT para responder aos desafios da administração local e regional, podem contatar o IPT por meio do seguinte e-mail tanno@ipt.br

Presidente da APM recebe Prêmio Prefeito Empreendedor em São Paulo

O Presidente da APM, Associação Paulista dos Municípios, Marcos Monti, recebeu o Prêmio Prefeito Empreendedor Mário Covas SEBRAE/SP 2016.

A entrega ocorreu na sede da entidade, e contou com a presença de diversas autoridades como o Presidente do SEBRAE/SP, Paulo Skaf, e o Presidente SEBRAE Nacional, Guilherme Afif Domingos, além dos Deputados Federais Milton Monti e Bruno Covas e dos Deputados Estaduais Itamar Borges e Marcos Zerbini.

O Presidente da APM concorreu em duas categorias, Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária e Melhor Projeto, em ambas a cidade de São Manuel, a qual Marcos Monti é Prefeito, recebeu o selo, sendo que na primeira conquistou o terceiro lugar do Estado de São Paulo.

O Prêmio existe desde 2001, e esta foi a primeira vez que o município foi contemplado.

No total, 423 projetos de 301 prefeituras do Estado de São Paulo foram inscritos (cada uma pôde se inscrever com dois projetos, um em cada categoria), sendo que 346 projetos de 257 prefeituras foram habilitados, e o Projeto de São Manuel conquistou a terceira colocação. Os representantes paulistas concorrem agora na etapa Nacional, marcada para 10 de maio.



Marcos Monti, presidente da APM recebendo Certificado do SEBRAE

O Prêmio Prefeito Empreendedor tem o objetivo de reconhecer os gestores que promovem o desenvolvimento econômico e social de seus municípios por meio do incentivo aos pequenos

negócios locais. Realizada a cada dois anos, a premiação é concedida aos prefeitos de todo o Brasil e aos administradores regionais do Distrito Federal e de Fernando de Noronha.

"Este é um reconhecimento do SEBRAE a todo um trabalho que está sendo realizado em São Manuel. Apesar da crise econômica que passa o nosso país, estamos criando oportunidades para a nossa população, incentivando micro e pequenas empresas, facilitando a abertura de empresas MEIS (microempreendedores individuais) e oferecendo aos empreendedores são-manuelenses uma estrutura que possibilite o crescimento profissional. Prova disso são às 1.022 MEIS criadas em apenas três anos, somadas aos cursos profissionalizantes em diversas áreas oferecidos pela Prefeitura, criação das feiras livres são-manuelenses, instalação do Banco do Povo, Sala do Empreendedor, Reestruturação do PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador), Novo Distrito Industrial e em breve um posto de atendimento do SEBRAE em nosso município", comentou o Prefeito Marcos Monti.

Marco Pellegrini é nomeado Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

APM apoia escolha e espera por implementação de políticas públicas que tragam progressos definitivos na equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência

O Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, nomeou, no início de junho, Marco Antonio Pellegrini como o novo Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A escolha ocorreu em razão de sua militância na área há mais de duas décadas. Na experiência mais recente, Pellegrini foi Secretário Adjunto dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo, entre 2010 e 2014. Antes disso, atuou na mesma Secretaria, desde sua criação em 2008, como Coordenador de Acessibilidade. A escolha também foi defendida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Dra. Linamara Rizzo Battistella, e endossada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O metroviário licenciado Marco Antônio Pellegrini, de 52 anos, é tetraplégico desde 1991. Aos 27 anos levou um tiro quando foi assaltado, ao chegar em casa. Ele se lembra que, na época, tinha um filho por nascer e outro prestes a completar um ano. Ao descobrir-se tetraplégico colocou nos filhos a motivação de manter sonhos e a seguir em frente.

Desde 1987 é funcionário da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô. Atuando na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, ele criou as cadeiras de rodas anfíbias do Programa Praia Acessível e também liderou a acessibilização de conteúdo da Biblioteca São Paulo, além de coordenar a Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania.



Marco Antônio Pellegrini

Foi ativista intenso, representando a Secretaria Estadual junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, na 1^a e 2^a Conferência dos Estados Parte para a implementação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Sua atuação foi decisiva no processo de ratificação da Convenção, pelo Congresso Nacional, como emenda constitucional. “Me envolvi com pessoas aguerridas à vida e na luta pelos direitos das pessoas com

deficiência. Uma conspiração divina levou-me a este encontro. Rumei para a Europa e EUA em busca de soluções tecnológicas e as trouxe. Foram muitos seminários, palestras e manifestações nas casas legislativas. Vivi intensamente a transição da Integração à Inclusão”, disse Pellegrini.

Ao ser nomeado Secretário Adjunto do Estado de São Paulo, em 2010, afirmou: “É um momento de grande responsabilidade, é uma pasta que tem como Visão ser referência mundial no tema das pessoas com deficiência, que ocupa espaço de destaque nas agendas governamental e empresarial. Isso traz importantes impactos financeiros e sociais e, por isso, ocupar este posto significa estar mais próximo do olho do furacão.”

Diante agora de um desafio maior, Pellegrini tem o apoio da Associação Paulista de Municípios (APM) para implantar, em âmbito nacional, políticas públicas que tragam progressos definitivos na equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência.



Pellegrini criou as cadeiras de rodas anfíbias do Programa Praia Acessível

Prefeita do Guarujá lidera luta nacional sobre precatórios

A prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, a primeira mulher eleita para governar a cidade é uma liderança nacional na luta contra os precatórios. Ela se tornou vice-presidente para Assuntos de Finanças Públicas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e 3ª tesoureira da Associação Paulista de Municípios (APM).

Quando assumiu a gestão, em janeiro de 2009, Guarujá possuía dívidas por precatórios e era inadimplente no Cadastro Informativo Municipal (Cadin). Por conta disso, não possuía certidões negativas e estava impedida de celebrar convênios com o Estado e União. Hoje, mesmo com a crise econômica, os precatórios, a queda de mais de 15% na arrecadação de impostos, Antonieta tem todas as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), o que não acontecia desde 2003.

Em Guarujá, o débito em precatórios ultrapassa R\$ 530 milhões, mais da metade do orçamento municipal. O alto valor compromete e inviabiliza o desenvolvimento das políticas públicas e a prestação de serviços. Em todo o ano passado, Guarujá fez o pagamento de R\$ 47 milhões. E o valor total estimado para este ano é de R\$ 124 milhões, já que o Tribunal de Justiça (TJ-SP) determinou o pagamento de 10,06%, mensais, sobre a receita corrente líquida.

Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu declarar inconstitucional a emenda 62/2009, luta da qual Antonieta também fez parte. Esta emenda definia que esse tipo de dívida com condições para quitação, em até 15 anos.

A prefeita conseguiu, da Presidência da República, o parcelamento da dívida. Ela e demais governantes entregaram documento mostrando a

realidade de cada município para apresentar ao ministro do STF, com objetivo que cada cidade devedora pudesse cumprir com o pagamento. Para acelerar os trabalhos, a chefe do Executivo propôs (e foi aceito) que técnicos das prefeituras se reunissem para elaborar propostas, com a colaboração da AGU e OAB.

Maria Antonieta criou uma Comissão de Reanálise dos 20 maiores precatórios do Município. O objetivo é de reavaliar os maiores processos, no sentido de diminuir o montante. A Comissão identificou erros de cálculos, além de acordos duvidosos, entre outros aspectos que demonstram que a dívida pode ser menor ou até ser extinta.

Ainda à época, a Prefeitura obteve junto à Diretoria Executiva de Precatórios (Depre), do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), o congelamento da taxa do percentual pago pelo Município. Na ocasião, Antonieta apresentou um relatório com seis precatórios (entre os 20), tendo em vista que o percentual de pagamento efetuado pelo Município subiria para 4,22% da receita. No entanto, a Diretoria acolheu a tese e congelou a taxa em 2,27% até julho daquele ano. Caso contrário, a Prefeitura gastaria quase de R\$ 4 milhões/mês e não os R\$ 2 milhões previstos.

Em 2014, a prefeita sancionou Lei instituindo a Câmara de Conciliação de Precatórios, que atua na celebração de acordos diretos individuais. Com isso, o grupo elaborou edital, com a programação de datas das sessões de conciliações (semestral, trimestral, ou anual). O documento prevê os créditos suscetíveis ao acordo, assim como regras, critérios e padrões de ajustes. Para celebrar os acordos, um advogado constituído

nos autos e com procuração, através de petição protocolada ou por meio virtual, solicita a habilitação. Os resultados são apresentados em local público ou por meio virtual, comunicados ao Depre, que faz a conferência, atualização de valor, autorização do pagamento e quitação dos precatórios ou créditos individualizados.

A prefeita e a FNP passaram a discutir em 2015, a necessidade de uma nova emenda à Constituição e uma engenharia financeira, respeitando-se as condições de cada município, pois muitos não têm como pagar o que vêm pedindo os Tribunais de Justiça.

No STF, a prefeita já encaminhou ofícios sobre a situação de endividamento dos municípios, ressaltando o direito dos credores em receber o que a Justiça considerou devido e sobre propostas e consensos, do que se necessita equacionar não apenas os estoques, mas também os fluxos de pagamentos. Pois novos precatórios, principalmente para os menores municípios, podem ganhar uma proporção inadministrável em curto prazo.

Neste ano, as discussões continuam. Com a possível deliberação pelo Senado da PEC 159, a prefeita participou recentemente de audiências no Palácio dos Bandeirantes e no Senado Federal, juntamente com representantes do Governo do Estado, FNP e OAB-SP, com o objetivo que a PEC seja aprovada sem emendas. A PEC 159 prevê condições para que os precatórios, a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até dia 31 de dezembro de 2020, possam ser pagos até 2020 dentro de um regime especial.



Conselhos de Consumidores de energia elétrica

Por Dra. Darcy Pimentel*



Os Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica caracterizam-se por pertencerem a uma das instituições de efetivação do exercício do PODER diretamente pelo povo, conforme determina a segunda parte do parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, que dispõe:

“O poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou DIRETAMENTE, nos termos desta Constituição”.

Com efeito, trata-se de uma das formas de concretização da democracia participativa, ou semidireta, introduzida no nosso sistema jurídico pelo texto constitucional de 1988, ao lado dos plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Embora a CF fale em exercício direto do poder, dada a inviabilidade desse exercício ser feito pelas pessoas físicas, isoladamente, o inciso XII do art. 29 do texto constitucional, ao tratar da cooperação popular no planejamento municipal, estabelece a forma como o mesmo deve ocorrer em todas as hipóteses, ou seja, sempre por meio de associações representativas.

De outro lado, a defesa do consumidor também configura-se em garantia constitucional, tratada em vários dispositivos da CF, a saber:

- art. 5º, inciso XXXII – “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”;

- art. 37, § 3º - “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta”;

- art. 170, inciso V- “A ordem econômica observará a defesa do consumidor”;

- art. 175, inciso II- “A lei disporá sobre os direitos dos usuários”.

Assim, a União, considerando que

a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica, nos termos do art. 22, inciso XII, alínea “b”, é constitucionalmente da sua competência, editou a Lei Federal nº 8631, de 4 de março de 1993, que “Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências”. Referida Lei estabelece no seu art. 13:

“O concessionário de serviço público de distribuição de energia elétrica criará, no âmbito de sua área de concessão, Conselho de Consumidores, de caráter consultivo, composto por igual número de representantes das principais classes tarifárias, voltado para orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento, tarifa e adequacidades dos serviços prestados ao consumidor final”.

Portanto, os Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica são órgãos colegiados da Agência Nacional de Energia Elétrica, compostos por representantes das principais classes de usuários do serviço, criados, por delegação da Aneel, pelas diversas concessionárias nas respectivas áreas de concessão, com atribuições de efetivar reclamações relativas à prestação do serviço, de proceder a avaliação periódica da sua qualidade e de representar contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública, tendo acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo”.

As principais características dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica são:

- suas atividades são reguladas, genericamente, pela Resolução Aneel nº 451/11 e, especificamente, pelos

respectivos Regimentos Internos;

- possuem recursos financeiros próprios para desenvolver suas atividades, detalhadas no Plano Anual de Atividades e Metas, de cumprimento obrigatório;

- suas administrações e prestações de contas obedecem à legislação que regula a administração pública federal;

- são órgãos sem personalidade jurídica;

- tem caráter consultivo;

- são formados por representantes, um titular e um suplente, das classes das seguintes unidades consumidoras: residencial, industrial, comercial rural e poder público;

- as representações são de caráter voluntário e não remunerado;

- a duração dos mandatos dos Conselheiros é de 4 (quatro) anos, podendo haver renovação, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro;

- devem ter um Presidente e um Vice-Presidente;

- as respectivas distribuidoras devem indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente para as funções de Secretário-Executivo, sem direito a votos;

- suas decisões são tomadas de forma colegiada.

No Estado de São Paulo, em todos os Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, a classe consumidora Poder Público é representada pela Associação Paulista dos Municípios – APM.

***Darcy Fernandes Pimentel**
Representante da APM nos Conselhos de Distribuidores de Energia Elétrica da CPFL Piratininga (Presidente) e CPFL Paulista (Membro).



Abril

- Dia 01 - Arealva**
- Dia 01 - São Miguel Arcanjo**
- Dia 02 - Alumínio**
- Dia 02 - Capão Bonito**



Cotia é considerada uma das mais antigas cidades do planalto paulista. Acredita-se que os primeiros moradores da região foram os bandeirantes Fernão Dias Paes Leme e Gaspar de Godói Moreira, que teriam fundado a capela em louvor à Nossa Senhora de Monte Serrate. Em 2 de abril de 1856, a localidade foi elevada à categoria de Vila e em 19 de dezembro de 1906, pela lei estadual 1038, foi elevada a município.

- Dia 02 - Pacaembu**
- Dia 02 - Pongá**
- Dia 02 - Suzano**
- Dia 02 - Vinhedo**
- Dia 03 - Cerquilho**
- Dia 03 - Jacareí**
- Dia 03 - Planalto**
- Dia 03 - Reginópolis**
- Dia 04 - Aramina**
- Dia 04 - Cruzália**
- Dia 04 - Itajobi**
- Dia 04 - Jaci**
- Dia 04 - Marília**
- Dia 06 - Pedra Bela**
- Dia 07 - Jeriquara**
- Dia 07 - Oleo**
- Dia 07 - Ribeirão Corrente**
- Dia 07 - Torrinha**

Dia 05 - Mococa

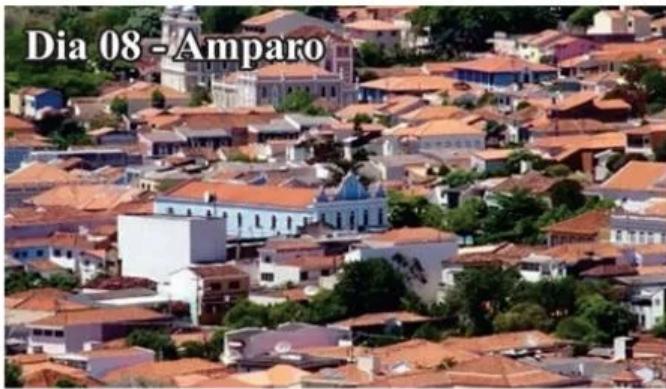


Em meados de 1840, as terras, onde encontra-se hoje o município de Mococa, pertenciam a Sesmaria do espanhol D. Tomás e faziam parte da comarca de Mogi-Mirim. Com a vinda de lavradores de Minas Gerais, atraídos pela topografia e as riquezas naturais do local, um povoado começou a se formar. Segundo relatos históricos, em 1839 o abastado fazendeiro Antônio José Gomes e sua mulher doaram a São Sebastião 16 alqueires de terra. Em 1846, começou a ser praticada cafeicultura, que mais tarde tornou-se a principal fonte de riquezas de Mococa. O local foi desmembrado de Casa Branca e transformado no município de São Sebastião da Boa Vista. A comarca Mococa foi criada em 1892.



Ocupada inicialmente pelos indígenas, a região de Araçoiaba da Serra foi rota dos bandeirantes que buscavam ouro na região, desde meados do século XVI. Foi Afonso Sardinha, que encontrou às margens do ribeirão Ipanema, no sopé da Serra Araçoiaba, minério de ferro em

grande quantidade. No local foram criadas pelos minadores as bases de uma das primeiras fábricas de beneficiamento de ferro do país - a Fábrica de Ferro Ipanema. Em 1821 o local foi transformado em freguesia do município de Sorocaba, que se desenvolveu e passou a vila. A elevação a município aconteceu em 1936 e a atual denominação foi conferida em 1944.



Dia 08 - Amparo

O povoado que deu origem a Amparo, formou-se no final do século 18, próximo ao cruzamento entre dois caminhos. Um deles era da região de Campinas, que se dirigia ao Sul de Minas, e o outro, de Atibaia, que se dirigia aos Moji - Mirim e Guaçu. Por volta de 1824, os moradores do retiro, construíram uma capela dedicada à Nossa Senhora do Amparo, que mais tarde daria nome à cidade. A região se desenvolveu e a elevação a vila, ocorreu em 1857 e depois a cidade, em 1865.

Dia 08 - Santo André

Dia 09 - Conchal

Dia 09 - Cubatão

Dia 09 - Itariri

Dia 09 - Mogi Guaçu

Dia 09 - Pedro de Toledo

Dia 09 - Pirapozinho

Dia 10 - Ariranha

Dia 10 - Artur Nogueira

Dia 10 - Juquiá

Dia 10 - Pontes Gestal

Dia 10 - Serrana

Dia 11 - Cafelândia

Dia 14 - Botucatu

Dia 14 - Caçapava

Dia 14 - Catanduva

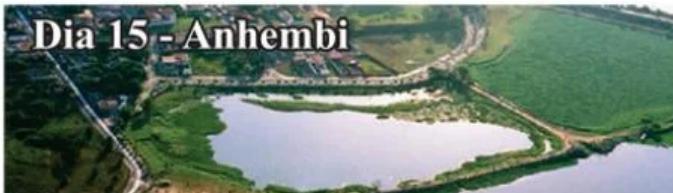
Dia 14 - Gália

Dia 10 - Álvares Florence



No final do século passado, Joaquim Pedro da Silva construiu a primeira moradia da região, onde constituiu família. O lugarejo passou a ser chamado de São João Batista do Marinheiro. Em 1926, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz, criado no município de Tanabi, com o nome de Vila Monteiro, em homenagem ao Cel. Militão Alves Monteiro, prefeito de Tanabi, que foi o doador do patrimônio para formação da pequena vila. Em 1944, a vila passou a se chamar Igapira, passando a pertencer ao recém-criado município de Votuporanga na condição de 2ª zona distrital de Monteiro. A transformação do distrito em município ocorreu em 1948, adotando-se o nome de Álvares Florence em homenagem ao ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dr. Francisco Álvares Florence.

Dia 15 - Anhembi



Localizado na margem esquerda do rio Tietê, o município de Anhembi foi fundado pelos Bandeirantes. O local era rota de tropeiros, que na época buscavam pelos caminhos para as minas de ouro do Sabarabussu. Anhembi passou a pertencer a várias cidades. Em 1866, passou a ser freguesia de Botucatu, sendo mais tarde, em 1867, transferido para o município de Constituição, atual Piracicaba. A freguesia voltou a ser incorporada ao município de Botucatu em 1869 e, em 1891, foi transformada em vila. Em 1934, a sede do município foi transferida para Piramboia e a cidade retornou à condição de distrito, até dezembro de 1948, quando finalmente conquistou a sua autonomia.

Dia 15 - Iacanga



O nome Iacanga é de origem Tupi e significa "nascente de água". A história do município teve o seu início no século XIX com a chegada dos primeiros colonos nas áreas próximas ao rio Ribeirão Claro. Em 1905 Joaquim Pedro de Oliveira promoveu a primeira festa religiosa para angariar fundos para a construção da capela de São João Batista, fundado então, o Patrimônio de Ribeirão Claro. Em 1909 o local tornou-se distrito de Pederneiras e passou a se chamar Iacanga. A emancipação política ocorreu em 15 de abril de 1925.

Dia 15 - Jales

Dia 17 - Jarinu

Dia 18 - Bilac

Dia 19 - Santo Expedito

Dia 20 - Caraguatatuba



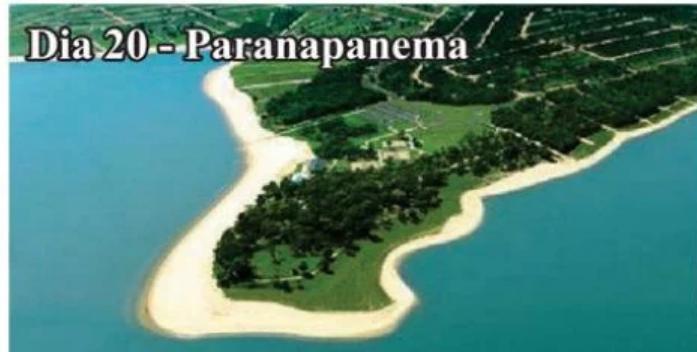
Os primeiros sinais de povoamento surgiram após 1534, quando o rei Dom João III de Portugal dividiu o Brasil em 15 Capitanias Hereditárias. A fundação formal de Caraguatatuba aconteceu no século 17, por meio da concessão de Sesmarias. Nos primeiros anos de 1600 o capitão-mor Gaspar Conqueiro doou a Miguel Gonçalves Borba e Domingos Jorge a porção de terra localizada na bacia do Rio Juqueriquerê. Entre 1664 e 1665 surgiram os primeiros sinais de povoamento, com a construção dos primeiros prédios, como a pequena igreja de Santo Antônio, padroeiro da cidade de Caraguatatuba. Em 1847, o presidente da Província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima e Silva, ordenou que a vila passasse a ser denominada Freguesia. Cerca de 10 anos depois, Caraguatatuba conquistou sua emancipação política e administrativa em 20 de abril de 1857.

Dia 20 - Águas de Santa Bárbara



Vindos do Amazonas, Francisco Dias Baptista e Pedro Dias Baptista, filhos do conhecido Capitão Apiaí (Ignácio Dias Baptista) fundaram em 13 de agosto de 1811 a vila de São Domingos, às margens do Rio Pardo. O local deu origem ao município de Santa Bárbara do Rio Pardo. Em 1811 passou de distrito a município, e em 1978 o nome foi alterado para Águas de Santa Bárbara, hoje Estância Hidromineral.

Dia 20 - Paranapanema

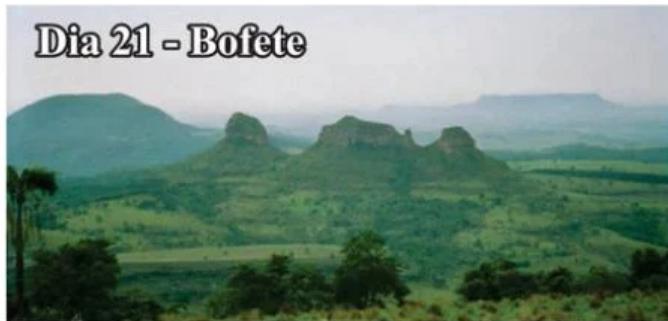


Os primeiros habitantes vieram a região de Paranapanema atraídos pela fertilidade da terra, pela topografia plana e clima ameno. Não demorou muito para uma modesta capela em homenagem a Nossa Senhora do Bom Sucesso ser construída no local, com a ajuda do Capitão José Pinto de Melo. Ali formou-se um povoado, que em 1885 foi elevada à categoria de Vila. Até que pela Lei Estadual número 1.038, de 1906, foi criado o município.

Dia 20 - Cunha

Dia 21 - Colina

Dia 21 - Bofete



Foram os mineiros Vicente Ferreira da Costa, Félix Hilário e João Antônio Gonçalves os fundadores de Bofete. Em 1847, o local ficou conhecido como "Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade". Neste mesmo ano foi construída uma igreja com terras doadas por Vicente Costa. A elevação para vila ocorreu em 21 de abril de 1880. Como os tropeiros utilizavam uma gruta na região para se abrigarem e armazenar mantimentos, deram o nome a gruta de Bufete, que estava ligado à ideia de abundância. Mais tarde, o nome foi alterado para Bofete e conferido ao município.



Dia 21 - Lins

Lins nasceu no cruzamento de uma trilha de índios, localizada nas proximidades dos Rios Tietê e Dourado e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O trecho da ferrovia, que deu origem ao município, foi inaugurado em 1908, pelo Presidente da República Afonso Pena. Era o quilômetro 152, conhecida por "Estação Campestre", que foi batizada de "Albuquerque Lins", em homenagem ao político paulista Manuel Joaquim de Albuquerque Lins. Em 1913, o povoado de Santo Antônio do Campestre foi elevado à categoria de distrito de paz do município de Bauru e sua emancipação política aconteceu em 21 de abril de 1920.

Dia 22 - Itanhaém

Dia 24 - Oscar Bressani

Dia 25 - Itaberá

Dia 25 - Tejupá

Dia 26 - Monteiro Lobato

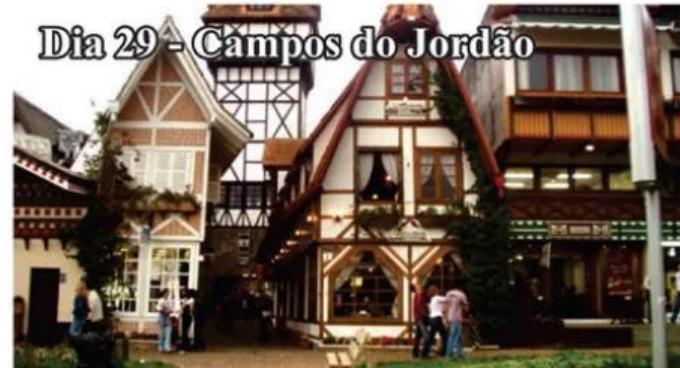
Dia 27 - Tabatinga

Dia 28 - Lençóis Paulistas



A história de Lençóis Paulista começou no Bairro de Lençóis, no território de Botucatu, com a construção da capela em louvor à Padroeira Nossa Senhora da Piedade. A elevação à Distrito foi em 1858 e a município em 1865. A cidade possui a maior biblioteca do interior de São Paulo e é conhecida como a "Cidade do Livro", por possuir um número de livros em sua Biblioteca Municipal, maior do que o número de habitantes. Atualmente, o acervo conta com mais de 150 mil livros.

Dia 29 - Campos do Jordão



Os primeiros habitantes da região foram os índios puris, caetés, guarulhos e cataguás. A região começou a ser percorrida por desbravadores de origem portuguesa no XVI. Entre eles, estavam Martim Corrêa de Sá, Gaspar Vaz da Cunha e Inácio Caetano Vieira de Carvalho. A família Carvalho vendeu suas terras na região para Manuel Rodrigues do Jordão, cujo sobrenome deu nome à cidade. O dia 29 de abril de 1874 foi considerado o dia oficial de fundação de Campos do Jordão.

No século XIX, a região adquiriu fama devido ao seu clima, como local ideal para o tratamento de doenças do pulmão. E finalmente em 1934, Campos do Jordão separou-se de São Bento do Sapucaí e transformou-se em um município autônomo.

Maio

Dia 01 - Murutinga do Sul

Dia 02 - Guapiara

Dia 02 - Macaubal

Dia 03 - Areiópolis
Dia 03 - Bebedouro
Dia 03 - Catiguá
Dia 03 - Iracemápolis
Dia 03 - Pinhalzinho
Dia 03 - Poloni
Dia 03 - Rio Grande da Serra
Dia 03 - Santa Cruz da Conceição
Dia 03 - Santa Cruz das Palmeiras
Dia 03 - Santópolis do Aguapeí
Dia 03 - São Francisco
Dia 03 - Valentim Gentil



Foi a partir de 1867 que alguns pioneiros chegaram à região, e após a aquisição de terras de antigos sesmeiros iniciaram o plantio de café. A produção de diversificou e criou uma sólida economia rural, garantindo um próspero núcleo urbano. Com o nome de Passa Três, no final de 1908, o povoado foi elevado a Distrito de Paz. O nome de Cesário Lange foi uma homenagem ao primeiro professor da capela de Passa Três, Cesário Lange Adriem.



Em meados de 1839, foi construída uma capela dando origem ao povoado. Os primeiros a morarem na região foram algumas famílias mineiras. O território pertencia às Sesmarias da região de Araraquara e era cortado pelas trilhas de expansão de Minas para o interior do Estado. Em 1841, Brotas tornou-se distrito de Araraquara, sendo em 1853 transferido para Rio Claro. O município foi criado em 14 de fevereiro de 1859. Porém, o aniversário da cidade é celebrado no dia 03 de maio, devido a uma antiga comemoração católica, a de Santa Cruz.

Dia 05 - Biritiba Mirim
Dia 05 - Garça
Dia 06 - Irapuru
Dia 07 - Boracéia
Dia 08 - Itapecerica da Serra
Dia 08 - São Luiz do Paraitinga
Dia 12 - Indiaporã
Dia 13 - Cajobi
Dia 15 - Monte Alto
Dia 18 - Guaíra
Dia 18 - Piratininga
Dia 19 - Alambari
Dia 19 - Araçariguama
Dia 19 - Arapeí
Dia 19 - Barra do Chapéu
Dia 19 - Cajati
Dia 19 - Campina do Monte Alegre
Dia 19 - Canitar
Dia 19 - Dourado
Dia 19 - Emilianópolis
Dia 19 - Engenheiro Coelho
Dia 19 - Estiva Gerbi
Dia 19 - Hortolândia
Dia 19 - Novais
Dia 19 - Potim
Dia 19 - Ribeirão Grande
Dia 19 - Saltinho
Dia 19 - Tuiuti



Dia 19 - Bertioga

O povoamento do local que deu origem a Bertioga teve início no ano de 1531, quando Martim Afonso de Sousa, nomeado Governador Geral da Costa do Brasil, aportou às águas da antiga Buriquioca. Com a intervenção de João Ramalho, Martim Afonso deixou em terra alguns homens, com o objetivo de realizar ali uma primeira feitoria da nova fase, ou um pequeno fortim. Depois disso o Governador partiu rumo ao sul, dirigindo-se para o outro lado da ilha, para fundar oficialmente a Vila de São Vicente. O Forte São João, construído em 1547, é a primeira fortaleza do Brasil. Outro patrimônio histórico da cidade é a Vila de Itatinga, uma autêntica vila inglesa, construída em 1910, que abriga a primeira usina hidrelétrica do País.



Dia 21 - Jumirim

A história de Jumirim teve início, em 1886, com a chegada da linha férrea da Sorocabana e a construção da estação nas terras da Fazenda Barreiro, de propriedade do Senhor Manoel Novaes. A ferrovia trouxe inúmeras famílias de imigrantes italianos e a vila se desenvolveu. Em 1945, a Vila de Jumirim foi elevada a distrito de Tietê e em 1995, foi criado o município de Jumirim.

Dia 20 - Piedade

Dia 21 - Nantes

Dia 22 - Fernandópolis

Dia 22 - Igarapava

Dia 22 - Neves Paulista

Dia 22 - Santa Branca

Dia 22 - Santa Rita D'oeste

Dia 22 - Bom Jesus dos Perdões

Dia 22 - Sales Oliveira



Dia 22 - Santa Rita do Passa Quatro

Santa Rita do Passa Quatro foi fundada em 1860 por Inácio Ribeiro do Valle e seu filho Francisco Deoclesiano Ribeiro, em terras do Distrito de São Simão, doadas por Dona Rita de Cássia Vilela para a construção de uma capela em homenagem à Santa Rita de Cássia. O local já era conhecido por Passa Quatro, devido à existência de um córrego com esse nome e com a construção da capela passou a ser chamada de Santa Rita do Passa Quatro. A cidade passou a viver da cafeicultura e recebeu imigrantes italianos em diversos períodos, que contribuíram para o crescimento do município.

Dia 23 - Bocaina

Dia 24 - Nova Odessa

Dia 29 - São Pedro do Turvo

Dia 30 - Palestina

Dia 30 - São Joaquim da Barra



Dia 22 - Pederneiras

Por volta de 1841/1942, chegaram ao local pelo rio Tietê o sertanista Manoel dos Santos Simões com seus filhos. Em 1848, o sertanista registrou na Paróquia de Santa Ana (atual município de Botucatu) suas terras como "Fazenda Pederneiras". A região se desenvolveu e em 1887, os fazendeiros locais doaram terras para a construção da Capela de São Sebastião da Alegria. Em 1889 o local foi elevado a Freguesia de São Sebastião da Alegria. Até que em 22 de maio de 1891 foi criado o município de São Sebastião da Alegria, que em 1895, voltou a se chamar "Pederneiras".



Dia 30 - Valparaíso

Valparaíso foi fundado por Francisco Vieira Leite no início dos anos 30, graças a expansão da cultura cafeeira. Neste período, houve muitos conflitos entre os barões de café e os índios, pois, as terras das regiões noroeste do estado já estavam todas tomadas pelos cafezais e os fazendeiros se embrenhavam pelas matas do oeste em busca de novas terras para o plantio. No final da década de 1940, a região seduziu o então 2º rei do café, Geremias Lunardeli que adquiriu uma grande área para a expansão dos seus cafezais. Lunardeli convenceu outros barões do café da época a fazerem o mesmo. A história de Lunardeli inspirou o personagem de Raul Cortez na novela "O Rei do Gado".



Nos meus tempos de repórter, em andanças pelo Brasil profundo, que é o Brasil do interior, cheguei, certa vez, à Ilha do Marajó, no delta do rio Amazonas, Estado do Pará. Fiz minha base numa cidadezinha próxima a Soure, onde conheci simpática moça chamada Ágata. Que me contou ter ido para a localidade alguns meses antes, e que lá ainda ficaria outros tantos. Trabalhava na Secretaria de Finanças do governo estadual e fora cobrir período de licença de uma colega.

Despachava pequenos papéis, carimbava coisinhas, tudo numa sala em apertada casa de madeira, com telhado de zinco, próxima à praça principal que era o centro da movimentação dos moradores da área. Na rotina do dia a dia funcional ocupava mesinha na repartição, com ventilador de teto sempre a girar. Talvez você já tenha visto cena semelhante em velhos filmes americanos que contam histórias passadas nas Ilhas dos Mares do Sul.

Ágata aparetava 50, dizia ter 40, porém talvez andasse pelos 45. O clima meio áspero, quase na linha do equador, certamente não fazia nenhum bem à sua beleza; contudo, não a devastara totalmente. Os olhos de Ágata, pôr exemplo, eram francamente luminosos. E quando sorria a mostrar dentes absolutamente alvos, exibia duas covinhas bastante charmosas nas bochechas.

— Na realidade — ela me disse — a solidão aqui na ilha não pesa o tempo todo. Agora, no fim da tarde, começo da noite, sai de baixo...

Foi neste ponto que ela acabou detalhando a parte que achei mais pungente da sua vida então. A

repartição a mandara para lá sem alternativas, e não lhe deu nada além da passagem em um barco atulhado. Nos primeiros dias ela ficou num quarto que alugou na casa de uma senhora nativa. Quartos, afinal, sempre se alugam de “uma senhora”.

— Mas era muito quente — Ágata reclamou — e com verdadeiras nuvens de carapanãs.

— E o que você fez?

— Arranjei uma casinha. É de fundos, perto do mercado, porém tenho a companhia da dona do imóvel, na frente.

— E os carapanãs?

— Comprei um ventiladorzinho. Você sabia que qualquer ventinho espanta os mosquitos?

— E a sua família, Ágata?

— Mora em Belém.

— Marido? Filhos?

— Não. Só mãe, irmãs...

— Bom, enfrentar essa barra mais alguns meses não vai ser nada mole, não é?

— Não vai. Principalmente depois que eu pensei ter achado um meio de driblar a solidão.

Lembrou então que, não muito tempo depois de ter chegado à ilha, apareceu na repartição alguém que ela considerou “um moço muito simpático”. Mais novo do que ela, é certo, porém falante, comunicativo, alegre.

— Todo dia de tarde vinha me buscar. Comíamos alguma coisa perto do mercado, e íamos assistir a novela das oito na TV da farmácia.

— E depois?

— Passeávamos na praia.

— E depois?

— Foi o melhor tempo na casinha de fundos que aluguei. Aposentei a rede de solteira, comprei uma grande, de casal.

— Bom — observo — como você acentuou que “foi”, só posso lamentar que nada tenha dado certo.

— Pois é, um dia ele chegou pra mim e pediu que lhe trocasse um cheque. Sabe o que eu fiz?

— Trocou.

— De cara, eu disse que não precisava. Se necessitava de algum dinheiro eu emprestaria, não precisava nenhum cheque.

— E ele? Aceitou?

— Não. Fez questão de me dar o tal cheque. Era uma sexta-feira, disse que ia à Belém resolver uns troços e que na segunda voltaria.

— Lamento que não tenha voltado.

— E eu muito mais. Na segunda, quando saí da repartição fui para a casinha; não consegui dormir.

— Ficou acordada a noite toda?

— Não, peguei a rede e toquei para o meu local de trabalho, tenho a chave de lá.

Nessa altura do papo eu estava com uma pergunta engatilhada; sobre o cheque, naturalmente. Talvez me preparando para fazê-la busquei uma frase óbvia de consolo:

— Ora, vai ver que ele ainda aparecerá. Depois, se te deu um cheque sem fundos...

— Pois aí é que está --- Ágata corta e me olha nos óculos.

— O que? — Levanto as sobrancelhas.

— Também pensei que o cheque não tivesse fundos, quase não fui depositá-lo na única agência de banco que tem aqui, ali na pracinha. Tinha fundos, sim.

— Ora, menos mal — dou um sorriso.

— Poderia ser — ela suspira — só que eu nem fazia questão dos 100 reais. O que eu queria, queria mesmo, te juro pôr Nossa Senhora de Nazaré, é que ele voltasse...



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando
em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br





Desde 1948 em
prol dos municípios

ATUAÇÃO

A APM tem cumprido seu papel político na sociedade como entidade suprapartidária, assessorando prefeitos (as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as), em alto nível nas questões técnico-administrativas e jurídicas, na organização dos serviços públicos, na sistematização das ações dos Conselhos Municipais e, principalmente, na defesa dos interesses dos Municípios diante dos Poderes Executivo e Legislativo, da União e do Estado, na busca pela emancipação política e financeira.

Em resumo, cumpre os seus dois grandes objetivos que são: a defesa da ideologia municipalista e o aprimoramento técnico dos responsáveis pela gestão pública municipal.

Congresso realizado na cidade de Serra Negra - SP



f: (11) 2165-9999



FALE COM A APM
Rua Manoel da Nóbrega, 2010 - Paraíso
São Paulo - SP | Cep: 04001-006